

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS!

A Classe Operária



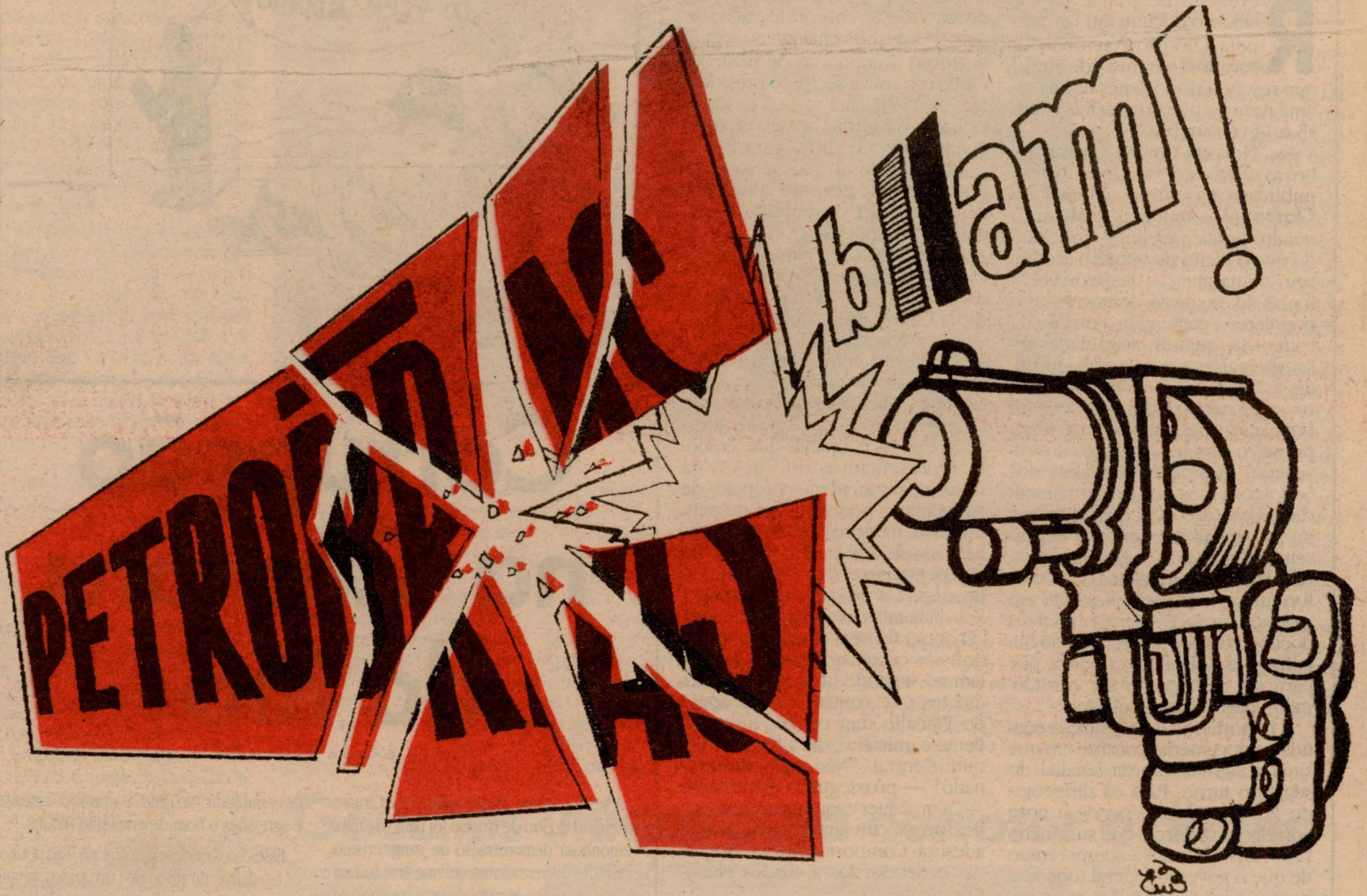
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ANO 66 — VI FASE — Nº 54 — DE 2 a 15 de novembro de 1990

Cr\$ 60,00
PA-AM-RO-AC Cr\$ 80,00

O principal é derrotar Collor

Em diversos Estados as forças de oposição se articulam para barrar os planos continuístas.
Editorial e págs. 3 a 5



O governo ataca

Sob patrocínio do próprio presidente da República, está em curso uma campanha para liquidar o monopólio estatal do petróleo.

Págs. 10 a 15

Congresso tem nova correlação

Em artigo especial para a **Classe**, o líder do PCdoB comenta o resultado eleitoral. Pág. 7



Golfo Pérsico: cresce perigo de guerra

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Nos últimos dias os EUA fizeram novas ameaças ao Iraque. Pág. 17

EDITORIAL

Posição independente

Reveste-se de grande importância o documento lançado pela Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil que resultou dos debates da sua última reunião plenária realizada em 13 e 14 de outubro.

Na "Nota do Comitê Central sobre as eleições e o segundo turno", publicada na edição anterior da **Classe**, os comunistas analisam o quadro político eleitoral, concluindo que o pleito de outubro aconteceu "numa situação desfavorável às forças de esquerda, democráticas e populares"; comentam a divisão da esquerda, quando a unidade era "ainda mais necessária para enfrentar a direita no poder"; destacam o caráter nacional das eleições, embora sua feição regional; fazem um primeiro e sucinto balanço dos resultados, mostrando que apesar dos "esforços feitos por Collor para alcançar a vitória já no primeiro turno, os resultados eleitorais negam seus prognósticos". Finalmente, a Nota da Direção Nacional do PCdoB formula a orientação a adotar no segundo turno. É a parte central do documento, que merece estudo detalhado e aplicação criadora por parte da militância e ser considerado pelas correntes aliadas.

A importância da orientação contida no documento consiste em que situa a significação da batalha do segundo turno. Para os dirigentes do PCdoB, "dela depende a nova correlação de forças que surgirá no país". Disto resulta a compreensão de que o governo federal tudo fará para vencer nos Estados mais importantes, o que lhe daria respaldo político. De outra parte, se derrotado nesses Estados, "por candidatos progressistas ou mesmo de origem conservadora, Collor perde apoios fundamentais para levar adiante seu projeto político".

A Nota do Comitê Central do PCdoB tem o mérito de abordar a situação política-eleitoral em seu conjunto, desvendando o que nela há de essencial e axial, sem se perder no primarismo da análise imediatista e localizada, que conduz a uma posição pragmática, confusa e eclética: "Levando em conta que o eixo fundamental da luta política que se desenvolverá no país no futuro próximo é a competição aberta ou indireta pelo poder central em 94, e que se deve afastar a grande ameaça que pesa sobre a nação (Collor e sua política), a linha de demarcação no segundo turno é a oposição decidida aos candidatos alinhados com o Planalto. Em todo o país essa deverá ser a posição do PCdoB".

As forças opositoristas demo-

cráticas e populares não podem deixar de levar em consideração essa realidade. Está em jogo no segundo turno a conquista de posições tendo em vista a sucessão presidencial de 1994, para a qual desde já Collor e seu grupo lançam projetos continuistas, condição para impor a longo prazo ao país e ao povo um sistema de governo autoritário e um modelo econômico entreguista e anti-popular.

A consciência de tamanha ameaça sobre a nação não comporta tergiversações. As correntes de oposição a Collor têm o dever de participar ativamente da batalha do segundo turno combatendo inflexivelmente os candidatos a governos estaduais vinculados ao Planalto. Isto implica apoiar as candidaturas progressistas e aquelas que, embora representativas de frações da burguesia, com planos próprios de empalmar o poder central do país, no atual momento somam forças na oposição anti-Collor. É um apoio independente e sem compromisso de adesão a projetos que extrapolem a batalha eleitoral em curso. "O apoio firme e combativo do PCdoB aos candidatos que se defrontam no segundo turno com os candidatos que contam com o apoio do Planalto tem caráter independente e unitário", diz a Nota do Comitê Central. "Não está condicionado" — prossegue o documento — "a qualquer esquema estratégico de forças conservadoras, nem é adesista. Comporta críticas adequadas e necessárias a aliados eleitorais".

O apoio das forças democráticas e populares aos candidatos a governos estaduais adversários de Collor ocorre levantando bandeiras próprias, de interesse do povo e da nação. Durante a campanha do segundo turno essas correntes devem levantar nos debates e nas manifestações de massas reivindicações populares como: reparação das perdas salariais; devolução da poupança confiscada pelo Plano Collor; defesa das empresas estatais indispensáveis ao progresso do país; respeito às liberdades democráticas; não pagamento da dívida externa; contra o desemprego e a política recessiva; fim às demissões em massa de funcionários públicos.

O absentismo, o voto nulo ou branco são posições equivocadas e que até facilitam o jogo da direita collorista. Participar ativamente da campanha do segundo turno com bandeiras de luta próprias é uma forma eficaz de engrossar a oposição ao governo entreguista, autoritário e anti-povo de Fernando Collor.



Corrupção na Câmara do Rio

Edson Santos*

A sessão do dia 23 de outubro na Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi palco de uma vergonhosa demonstração de gangsterismo por parte de vereadores que me ameaçaram de morte e ofenderam outros elementos da Casa.

Foi uma raivosa reação à Comissão Parlamentar de Inquérito que instalamos na Câmara para apurar denúncias contra vereadores acusados de extorsão vinculada a projetos imobiliários.

A fim de garantir a transparência das investigações e em atenção ao legítimo direito de informação da opinião pública, decidimos realizar os trabalhos da CPI em audiências públicas. Iniciamos ouvindo os acusadores — o deputado federal Luiz Alfredo Salomão e o representante da Concal Engenharia — que confirmaram as denúncias — e os acusados — os vereadores Beto Gama e Carlos Alberto Torres — que tentaram inocentar-se.

Algumas vozes na Câmara, contrariando a expectativa da opinião pública, se levantaram para impedir a apuração dos fatos, sob o pretexto corporativista de que o objetivo da CPI é "condenar colegas" e se insurgiram contra a decisão de convidar representantes da OAB, ABI e Famerj, entidades reconhecidas e vinculadas à defesa do interesse público, para acompanhar os trabalhos. São tentativas de

fazer implodir "no grito" e através de ameaças e agressões o bom desempenho da CPI.

Esses fatos evidenciam que não são poucos os herdeiros do reino de corrupção em que se transformaram as instituições políticas viciadas pelo autoritarismo. E que estes se aferiram aos seus postos como ostras à pedra, neles defendendo escusos interesses privados.

A ação corrupta e extorsionista de vereadores do Rio de Janeiro é mais um fato, entre muitos que ocorrem aqui e pelo País afora, a denegrir a imagem dos políticos e do Legislativo nos diversos níveis. É mais um "prato cheio" para a direita collorista e a grande imprensa na campanha que fazem para desmoralizar os representantes do povo de maneira geral e as instituições democráticas.

Mas a instalação da CPI, a exigência de que ela funcione regularmente e conduza até as últimas consequências as investigações, revelam a existência de um esforço da parte de grupos de parlamentares cômicos do seu dever e de segmentos organizados da população para fazer do exercício do mandato parlamentar o cumprimento de uma missão pública. Somente assim e contando com a pressão organizada dos setores populares e democráticos, será possível devolver a credibilidade à ação parlamentar.

*Vereador no Rio de Janeiro (PCdoB)

Segundo Turno

Marchezan, Collor gaúcho

Adriana Morelli*

O Rio Grande do Sul é — entre os Estados de maior peso econômico e político do País — o que apresenta as condições mais favoráveis para a vitória das forças progressistas, de oposição ao governo Collor, no segundo turno das eleições para governador. O candidato da Frente Progressista Gaúcha, Alceu Collares, teve o maior número de votos na primeira fase da eleição.

• A nitidez desta segunda etapa fica reforçada porque a eleição ocorre de uma forma polarizada. Concorrem agora um candidato de uma frente de centro-esquerda, conduzida pela coligação PDT, PSDB e PCdoB, e de outro, uma candidatura das elites, marcadamente governista e de direita. Apesar da divisão das forças progressistas no 1º turno, a vitória de Collares será a vitória do conjunto das forças progressistas e terá importantes desdobramentos no cenário político nacional.

Resistência

O Presidente Regional do PCdoB, Edson Silva, explicou: "Se ganhar Nelson Marchezan, a direita fica reforçada; se de outra parte, ganhar Alceu Collares, aumenta a resistência contra as forças do atraso em todo o Brasil". É por causa dessa singela relação que o apoio à candidatura de Collares cresce em todo o Estado. E com isso a luta política vai dificultando as atitudes estreitas de algumas forças políticas que antes passavam como segmentos avançados.

Nisto reside o sentido do segundo turno das eleições. Os partidos que alcançaram menor número de votos na primeira etapa apóiam um terceiro que se afine com as suas propostas políticas.

Edson Silva enumerou quatro movimentos distintos no Estado, face à vitória das forças que querem o avanço e o desenvolvimento do Estado e do País. O movimento mais expressivo é o de apoio a Collares, atitude predominante, que vem surgindo até espontaneamente no meio do eleitorado.

Há as pretensas lideranças progressistas que se desmascaram num momento como este. É o caso de alguns dirigentes do PMDB que prestam apoios isolados a Marchezan. Esse apoio não repercute e resulta em lideranças "envergonhadas", como é o caso do deputado federal do PMDB, Ivo Lech.

Ainda aparecem os que sistematicamente fazem leituras equivocadas durante a madrugada e logo cedo da manhã ocupam o generoso espaço dos meios de comunicação para confundir os incautos. Um exemplo por excelência é o deputado federal mais votado do PMDB, Mendes Ribeiro, que distorce a noção política do pleito. Ele sugere que no primeiro turno



Collares empenhado para confirmar a vitória

das eleições todos concorrem: quem ganha tenta o segundo turno e quem perde vai para casa. Essa é mais uma das visões políticas que promovem a omissão da luta social em curso.

E há ainda um quarto movimento propagandeado por algumas correntes do PT, como a Convergência Socialista e a Causa Operária, que mesmo dentro do partido colheram fracasso. Essa foi a manifestação mais isolada porque apelava pelo voto nulo nas eleições. E está comprovado que não faz parte da história do povo

gaúcho se omitir de uma luta tão polarizada.

Ampliação

No intervalo entre o resultado do primeiro turno das eleições e os últimos dias, na fase em que a campanha de Collares se espalha para as forças que haviam concorrido separadas — inúmeras foram as manifestações de apoio. As primeiras lideranças a declararem o voto no candidato do PDT, PSDB e PCdoB foram o deputado federal mais votado do PT, Paulo Paim,

o presidente da CUT/RS, Gilmar Pedruzzi, o senador do PMDB José Fogaça, o governador do Estado, Sinval Guazelli. Também a Fracab decidiu no seu conselho deliberativo, imediatamente após o primeiro turno, que todas as lideranças comunitárias da federação se engajariam na campanha de Collares.

O PMDB decidiu em reunião do Diretório Municipal aconselhar o voto em Alceu Collares. O deputado Erani Muller, por exemplo, foi pronto em ponderar que esse apoio deve

acontecer de forma engajada. O PT, no último final de semana, decidiu apoiar Collares.

Mobilização

Simultaneamente, começou a fase de massa da campanha para o segundo turno. A Frente Progressista Gaúcha realiza os seus primeiros comícios e visitas às cidades-pólo do Estado. Na capital, avança o corpo-a-corpo e as carreatas com mini-comícios.

Edson Silva lembrou que o "orgulho revolucionário" dos militantes do PCdoB guarda dupla responsabilidade: de participar do pleito como partido vitorioso e de neutralizar a vacilação de setores da pequena-burguesia que tentam abalar a unidade do povo.

Por isso, a campanha deslança no Partido. Os candidatos eleitos, Jussara Cony, deputada estadual, e Edson Silva, segundo suplente à Câmara Federal, estão retornando aos municípios para agradecer a votação e chamar novos votos para Collares. Os dois também estão engajados na coordenação política da campanha da Frente (Edson Silva) e no Comitê de Mulheres em apoio a Collares (Jussara Cony). Jussara também consegue a mobilização da comunidade cultural com o lançamento do seu projeto de lei que prevê a isenção do ICMS para as empresas que investirem em cultura.

*Correspondente no RS

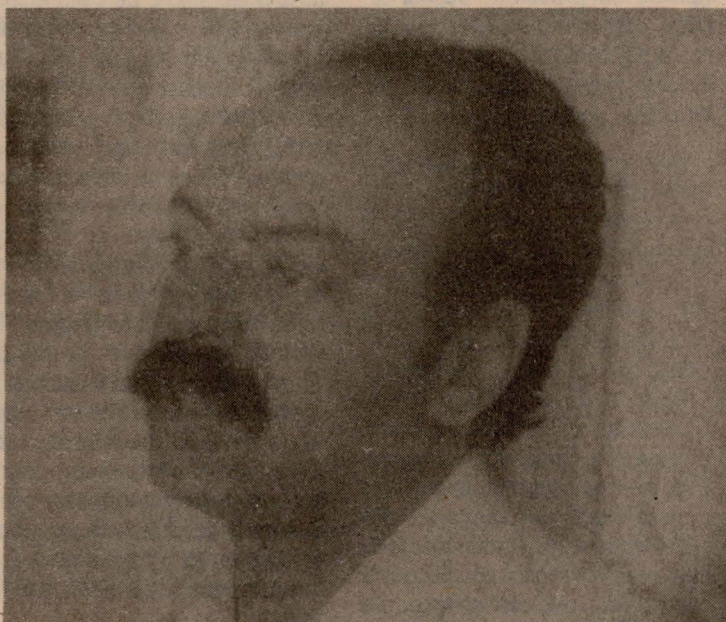
Gaúchos unidos para derrotar a direita

Com a presença de parlamentares do PCdoB, ativistas do movimento social e do presidente da CUT-RS, Gilmar Pedruzzi, foi lançado no dia 21 de outubro, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, manifesto do PCdoB propondo a união do povo gaúcho para derrotar a direita. Eis a íntegra:

O segundo turno das eleições deste ano acontece com uma expressiva vitória da vontade democrática gaúcha, que assegurou a Alceu Collares a condição de mais votado na disputa, para o governo do Rio Grande do Sul no primeiro turno.

Voltou a ser comprovada a indomável vocação progressista de nossa gente, ainda que testada em condições desfavoráveis. De um lado, estávamos nós, circunstancialmente divididos em três candidaturas. De outro, as forças de direita, conservadoras, espertamente unidas por um candidato.

Prevaleceu, no entanto, a esperteza maior da inteligência do povo, genuína e insubstituível fonte de sabedoria. Mais de 2 milhões e 700 mil eleitores, cerca de 67% dos que foram às urnas, derrotaram o candidato das elites opulentas e obscurantistas.



Edson: PCdoB quer unir amplas forças para derrotar Collor

Sua derrota eleitoral haverá de se completar no segundo turno. Muito dependerá da responsabilidade e consequência das forças democráticas e progressistas de nosso Estado. O momento é delicado, exige firmeza de decisão. Não comporta vacilações. Requer coerência diante desta disputa polarizada entre Collares e a candidatura de um passado sombrio, pinta-

da de moderna. Seu "modernismo" equivale a um lobo vestido de cordeiro. É falso, igualzinho à farsa Collor de Mello, o presidente que arrocha salários, estimula o desemprego, arruína micros, pequenos e médios empresários, bem como pequenos e médios agricultores, promove um maior entreguismo, a privatização dos serviços públicos, agride

a democracia, infelicitou nosso povo, destruiu suas esperanças. Marchezan é o Collor dos Pampas.

O PCdoB apela para que se faça valer neste segundo turno a unidade viva, atuante, das lideranças, personalidades e forças políticas do combate pela democracia, o progresso e os direitos do povo. É o que se impõe — nosso apoio à candidatura de Collares para derrotar o candidato do retrocesso, e conquistar o governo que queremos, aliado à luta pela defesa da soberania nacional e da reforma agrária, pela manutenção das estatais, pela imediata devolução da poupança confiscada, pela reparação das perdas salariais, pela não demissão dos funcionários públicos, da denúncia enérgica da forma autoritária de governar com medidas provisórias, pelo respeito às liberdades democráticas, contra a repressão aos movimentos populares.

Apelamos à unidade para assegurar a vitória de Collares e, com ele, conquistarmos um governo de progresso econômico do Rio Grande do Sul, com a valorização social do povo gaúcho. Porto Alegre, (RS) 21 de outubro de 1990. Fundação Movimento 1990. A Direção Regional do PCdoB

Segundo turno

Derrotar o candidato do Planalto em Minas

A disputa pelo governo de Minas Gerais em segundo turno entre o candidato do Planalto, Hélio Costa, e Hélio Garcia do PRS, apresenta singularidades. Nela não se verifica a mesma nitidez de posições entre os concorrentes, como por exemplo no Rio Grande do Sul. Ainda assim, as forças progressistas não analisam o pleito sob um prisma exclusivamente estadual. Em reunião plenária do Comitê Regional, o Partido Comunista do Brasil firmou a idéia de que a situação mineira deve ser examinada "sob a ótica da luta política nacional, em que o presidente Fernando Collor tudo faz para tornar vitoriosos seus representantes mais diretos e confiáveis, capazes de dar fôlego longo ao projeto neoliberal da direita, aplainando terreno para a disputa presidencial de 94".

Na opinião do presidente regional do Partido e vereador em Belo Hori-

zonte, Sérgio Miranda, é necessário levar em conta, além disso, que em Minas as forças de esquerda e de centro foram derrotadas, passando para o segundo turno "dois candidatos conservadores, com a mesma essência de classe, sem qualquer compromisso com uma alternativa das forças de esquerda, democráticas e populares".

Apesar disso, os comunistas mineiros acham que "uma análise mais cuidadosa deve levar em conta problemas táticos e interesses imediatos das forças em disputa bem como a forma como se apresentam politicamente, o que torna necessário verificar as diferenças existentes entre os dois candidatos", afirma Miranda.

A candidatura Hélio Costa tem o apoio aberto do governo Collor e da Rede Globo. Através do ministro da

Saúde, Alceney Guerra, conta com a liberação de 265 milhões de cruzeiros. Costa é do partido de Collor, o PRN, teve seu patrocínio desde o primeiro turno e usa métodos políticos semelhantes aos do ocupante do Planalto. É Sérgio Miranda quem diz: "No Palácio da Liberdade, Costa transformaria Minas num pólo de sustentação para a atuação de Collor e seus planos continuistas. Reproduziria o mesmo modelo autoritário e manipulador das massas".

Na campanha eleitoral Hélio Costa procura apresentar-se como moderado e independente. Mas na essência do seu programa estão medidas como a privatização das estatais mineiras, o arrocho salarial, a demissão em massa de funcionários públicos e uma política de mão e ferro contra os movimentos sociais. Sua independência significa composição com

grandes grupos econômicos e setores das oligarquias mineiras.

O Comitê Regional do PCdoB analisou também a candidatura de Hélio Garcia, "representante de tradicionais oligarquias conservadoras aliadas do atual esquema do poder central". Apesar disso, argumenta a sessão mineira do PCdoB, "quando governador, Hélio Garcia teve uma prática de respeito à normalidade democrática, atualmente tão ameaçada pelo autoritarismo do Planalto".

O presidente do PCdoB em Minas opina que na definição da posição do Partido "é necessário levar em conta essas diferenças, por pouco importantes e transitórias que possam ser", pois "é preciso criar dificuldades à consolidação do esquema antipopular e entreguista de Collor em Minas".

Diante disso, o PCdoB mineiro

conclui que deve fazer esforços para que de forma unificada e independente o conjunto das forças de esquerda e centro-esquerda continuem a luta contra Collor no segundo turno, o que significa uma postura frontal contra Hélio Costa. Segundo Sérgio Miranda, esta postura implica uma "reafirmação das bandeiras que levantamos no primeiro turno e não assumir quaisquer compromissos de campanha ou de governo com Hélio Garcia no caso de sua vitória".

A direção regional do PCdoB posicionou-se ainda contra a campanha de voto nulo, branco ou pela abstenção, por não ter "qualquer eficácia". Os comunistas mineiros acham que no atual contexto político essa campanha representa "um protesto sem resultado concreto" e "facilita o caminho collorido que tem no atraso de parcela das massas e no poder econômico a garantia de seus votos".

Albuíno é favorito no ES

Samuel Vieira

As forças democráticas e progressistas definiram na última semana os rumos de sua participação no segundo turno no Espírito Santo. PMDB e PT, que no primeiro turno lançaram candidatos próprios, ficando respectivamente em quarto e terceiro lugar, decidiram apoiar o candidato da frente democrática capixaba (PDT, PCdoB, PSB, PTB), Albuíno Azeredo, vencedor do primeiro turno.

Os partidos que participaram da FDP nas eleições de 03 de outubro decidiram também aumentar a base de sustentação de Albuíno Azeredo para confirmar em 25 de novembro sua vitória sobre o candidato do governo Collor e das oligarquias capixabas, o senador José Ignácio Ferreira. As últimas pesquisas de opinião confirmavam, por outro lado, o favoritismo do candidato da FDP, dando-lhe 51% das preferências do eleitorado contra 19% de seu opositor.

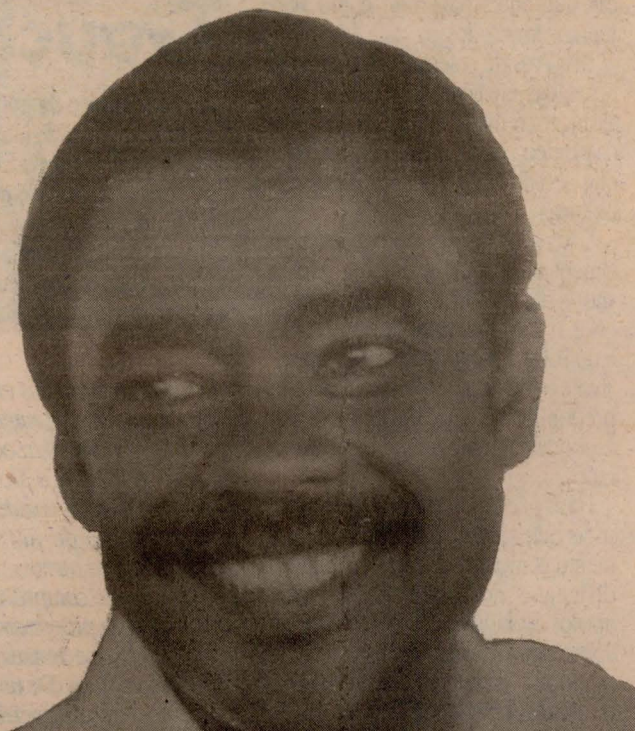
O diretório regional do PCdoB, junto com o do PSB, lançou semana passada uma conclamação às forças democráticas e progressistas capixabas para criarem o "Movimento Popular Albuíno governador". Esta é, segundo o presidente regional do PCdoB, Iran Caetano,

a forma de o povo afastar do governo o candidato de Collor. "José Ignácio tem procurado ocupar espaço, após sua derrota no primeiro turno com a apresentação de dossiês que não passam de montes de papéis sem conteúdo".

De acordo ainda com Iran Caetano, as forças democráticas e progressistas não podem perder a oportunidade não só de ganhar a eleição, apoiando Albuíno Azeredo, mas também soterrando os projetos políticos das velhas oligarquias capixabas, defendidos pelo grupo dos senadores Gerson Camata e José Ignácio. "Albuíno representa a mudança do eixo político para setores mais avançados da sociedade, que buscam o desenvolvimento do Estado e condenam a privatização, a inflação, o desemprego e a concentração de renda." Este é o objetivo do movimento popular Albuíno governador. PMDB e PT devem dele participar não só enquanto partidos mas também através de suas lideranças sindicais e populares. O primeiro, embora tenha se definido pelo apoio à candidatura de Albuíno Azeredo, enfrenta problemas com o grupo Gerson Camata. Ele, hoje filiado ao PDC, tem em sua mulher, a deputada federal

reeleita, Rita Camata, um dos pilares no PMDB e apoiou no primeiro turno o candidato de Collor, José Ignácio Ferreira, e não o candidato de seu partido, senador João Calmon. O senador Gerson Camata encontra-se agora na posição de comandante da campanha de José Ignácio. Nos meios petistas a discussão agora é sobre como apoiar de fato o candidato da FDP. Em sua decisão, os petistas se definiram por um "apoio crítico" a Albuíno Azeredo. Enumeraram 12 pontos e afirmam que não irão subir em palanque, fazer campanha e nem participar do governo. Apenas o prefeito de Vitória, Vitor Buaiz, tem mantido uma posição mais aberta em relação ao processo sucessório. Para ele, o importante é derrotar o candidato de Collor no Estado, o senador José Ignácio.

As posições de PMDB e PT, entretanto, só ficarão claras mesmo durante a campanha do segundo turno, que se inicia no dia 06 de novembro próximo. Até lá o "Movimento Popular Albuíno Azeredo" terá ocupado o espaço necessário à vitória das forças democráticas e progressistas no segundo turno. (Cloves Geraldo).



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Albuíno Azeredo conta com apoio de amplas forças no segundo turno.

Segundo turno

Voto anti - Maluf, aspiração das massas

Carlos Pompe

Em São Paulo, trava-se uma batalha de caráter nacional de amplo alcance democrático contra Collor e Maluf. A posição do PCdo B, PDT e PCB, de apoiar Fleury para derrotar Maluf, encontra grande receptividade entre os eleitores. O PSDB optou por não se posicionar e "liberar o eleitorado". O PT embarcou no voto nulo. E o PSB marcou reunião para discutir o assunto. No PSDB e no PT, expressivas lideranças rebelam-se contra a decisão dos dirigentes.

O PCdoB está defendendo o voto em Fleury para derrotar Maluf. Um documento de nove pontos, intitulado "Contra Collor vote anti-Maluf" foi aprovado pelo Comitê Regional, dia 11 de outubro, alinhando a necessidade de derrotar o filhote da ditadura e candidato de Collor em São Paulo, onde, "nas condições dadas, significa, obrigatoriamente, eleger Fleury". Na nota, aponta-se uma plataforma com compromissos democráticos e progressistas para o governo Fleury.

O posicionamento não relega o fato de que "a candidatura Fleury, do esquema do governador Orestes Quércia", representa "um esquema conservador". Mantém-se independente de qualquer compromisso com o futuro governo e com a sucessão presidencial em 94. Mas considera que são ineficazes "as alternativas de abstenção, voto nulo ou voto branco. Estas alternativas facilitariam a vida de Collor e Maluf na batalha concreta do segundo turno. E esta folga, mesmo que indireta, não será obtida das forças progressistas".

Avaliação concreta

O PCdoB paulista foi conseqüente com o documento do Comitê Central do Partido, publicado na **Classe Operária** nº 53, onde os comunistas alertam que da batalha do segundo turno "depende a nova correlação de forças que surgirá no País. Collor se empenhará a fundo para vencer nos Estados mais importantes". E indica: "É preciso bater eleitoralmente os candidatos do Planalto. Omitir-se nessa batalha seria não compreender o seu verdadeiro significado. Deixaria livre o campo às forças do inimigo principal da maioria da nação".

Contudo, nem todas as correntes do campo democrático e de esquerda uniram-se em torno do objetivo maior de derrotar o candidato colridor. O PT, em especial, que encabeçou a Frente Brasil Popular no ano passado com a candidatura de Lula



PCdoB propõe apoio independente a Fleury...

a presidente, preferiu ficar com o voto nulo. Um posicionamento que não contemplou a opinião de lideranças partidárias expressivas, como Luiza Erundina, o senador eleito, Eduardo Suplicy, os prefeitos de Campinas, Jacó Bittar e de São Bernardo do Campo, Maurício Soares. Suplicy afirmou, em alto e bom tom, que "Maluf é a antítese de tudo o que o PT pensa", e o prefeito de São Bernardo publicou nota onde deplora o posicionamento partidário, que dá espaço para o malufismo retornar ao poder.

Até mesmo ideólogos de larga projeção no partido, como o professor da Unicamp, Maurício Tragtenberg, pronunciaram-se. Tragtenberg desabafou num artigo na "Gazeta de Pinheiros", intitulado "Barre a escalada fascista de Maluf". No artigo pondera: "O voto em branco ou nulo significa a vitória de Maluf e não absolverá a consciência daqueles que pretendem omitir-se do debate".

E argumenta:

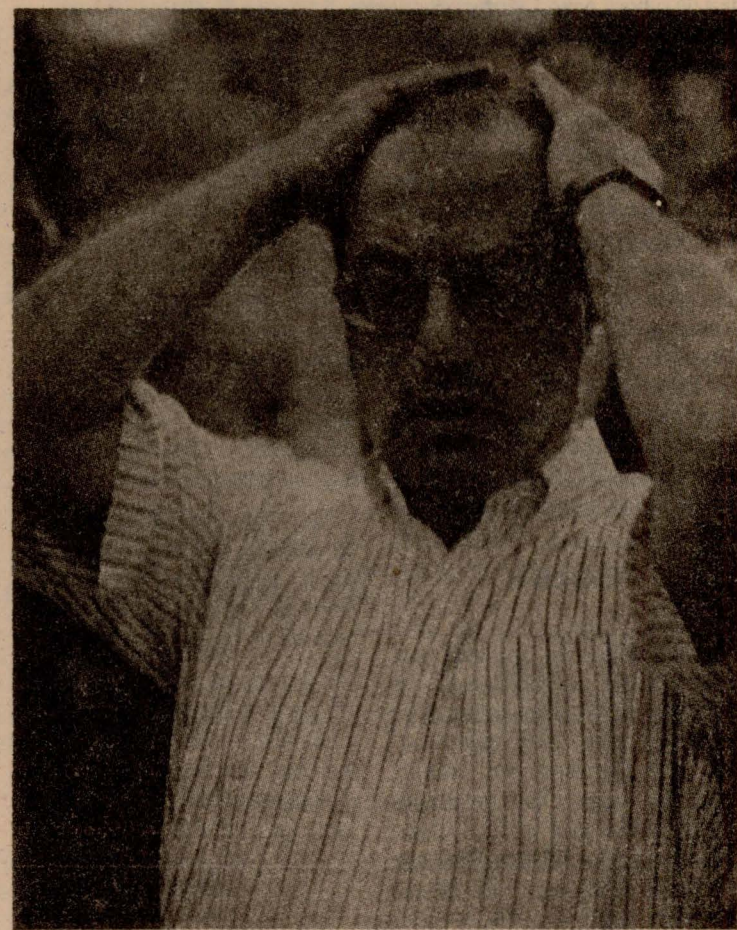
"Como sempre, mesmo com a possível vitória de Fleury no segundo turno, para os assalariados a luta continuará. Porém em condições menos fascistas do que as que se criariam com a escalada fascista do malufismo".

Muro da Vergonha

O PSDB preferiu continuar solidamente instalado em cima do muro, "Liberou o eleitorado e anunciou que ficará na oposição — nunca sistemática — vença Maluf ou Fleury. Mas essa posição desgostou até mesmo o presidente nacional do partido, Franco Montoro. Ex-governador do Estado de São Paulo, Montoro publicou artigo na "Folha de São Paulo" lamentando a posição de seus pares: "É preciso não esquecer que, queiramos ou não, em 25 de novembro será eleito o futuro governador, que administrará o Estado durante quatro anos. A situação de 30 milhões de brasileiros que vivem em São Paulo dependerá da atuação desse governo".

Montoro sabe do que fala, pois foi eleito justamente contra o candidato de Maluf, Reynaldo de Barros, e assumiu o governo na esteira dos malefícios causados pelo ex-governador-trombadinha no Estado. Defendeu o apoio a Fleury no segundo turno, mas foi vencido:

"Derrotada a proposta do possível entendimento com uma das candidaturas para a elaboração de um programa comum, cumpre-se respeitar a decisão partidária. E, nos termos e limites da mesma, declarar meu voto pes-



...para impor mais uma derrota a Maluf

soal, sem participar da campanha, meu voto será dado ao candidato Luiz Antônio Fleury e seu vice Aluísio Nunes Ferreira, com a esperança de que eles possam apresentar no segundo turno pontos de um programa que atenda às exigências majoritárias da população de São Paulo".

Os comunistas e Fleury

O PCdoB paulista elaborou um "Dossiê Maluf", onde relembra os eleitores das barbaridades cometidas pelo candidato de Collor quando foi nomeado prefeito e governador pela ditadura (Maluf nunca ganhou uma eleição majoritária), e seu sórdido passado de apadrinhado dos ditadores fascistas. O partido ainda está articulando um ato suprapartidário anti-Maluf, com lideranças políticas nacionais.

No final de outubro, o presidente do PCdoB em São Paulo, Olival Freire Jr., teve um encontro com o candidato ao governo pelo PMDB, Fleury, e escutou dele o compromisso de respeitar os anseios democráticos dos paulistas "e opor-se à política econômica recessiva do governo Collor". Olival considerou que tal posicionamento pode sensibilizar o eleitorado de esquerda e de trabalhadores que procuram derrotar Maluf, em São Paulo, temos

que votar em Fleury. Não fizemos nenhum acordo com o candidato do PMDB. Mas acreditamos que os comunistas devem lançar-se na tarefa de usar o processo eleitoral para elevar o nível de consciência e organização do povo e multiplicar nossos laços com aliados e amigos. Acreditamos serem úteis reuniões suprapartidárias e com lideranças políticas e populares que apóiam a candidatura de Fleury contra Maluf. Assim prepararemos, concretamente, novas trincheiras de luta para enfrentar o governo Collor e os políticos da direita. É o desafio que a realidade nos coloca hoje."

É possível derrotar Maluf

Ao mesmo tempo, as pesquisas eleitorais demonstram que o povo de São Paulo rejeita Maluf. No dia 28 de outubro, o "DataFolha" divulgou que Fleury tem a preferência de 45% do eleitorado no segundo turno, contra 41% de Maluf. E que, dos eleitores de Mário Covas, do PSDB, no primeiro turno, 53% dispõem-se agora a votar em Fleury, e 46% dos eleitores de Plínio de Arruda Sampaio (coligação União Democrática Popular, integrada por PT, PCdoB, PSB e PCB) migraram para Fleury devido ao antimalufismo.

Collor desrespeita Ministério Público

Augusto Madeira*

O governo Collor se envolve em mais dois casos de flagrante desrespeito à Constituição federal: a tentativa de subordinar o Ministério Público aos seus ditames e a reedição da censura na TV.

A crise com o Ministério Público foi iniciada no último dia 19, quando Collor exonerou o procurador-geral da Justiça do Trabalho, Hegler Horta Barbosa, que tinha ainda oito meses de mandato, e nomeou Antônio Carlos Roboredo. Não consultou o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, que é o verdadeiro chefe do Ministério Público (Art. 128 da Constituição). Por ser esta indicação anticonstitucional (fere o princípio da autonomia do Ministério Público), Junqueira não deu posse a Roboredo.

Caso grave

O Ministério Público é uma instituição incumbida da defesa da "ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais" (Art. 127). Funciona como fiscalizador da lei. Sempre que constata que algum direito está sendo violado, aciona os órgãos judiciais competentes. Isto ocorreu no caso de algumas Medidas Provisórias, quando o próprio Junqueira acionou o Supremo Tribunal Federal com o pedido de

inconstitucionalidade. O Supremo lhe deu razão, o que desagradou bastante o presidente.

Na Constituição do período da ditadura, o Ministério Público era subordinado ao Poder Executivo. Na nova Carta ganhou o status de um poder independente, quase um quarto Poder, com autonomia funcional e administrativa (Art. 127).

O caso é tão grave que o vice-procurador da República, Prates Correia, chegou a afirmar: "Se um procurador pode ser destituído livremente por alguém externo à instituição, não há independência funcional. Como um procurador pode ter liberdade para dar parecer se o Executivo pode demiti-lo a qualquer momento?"

Neste episódio Collor também está de olho em uma vaga a ser aberta daqui a alguns meses no Tribunal Superior do Trabalho. Esta vaga será indicada pelo Ministério Público.

A disputa vai para o STF. Se este confirmar a opinião quase unânime do mundo jurídico brasileiro, Collor terá que voltar atrás. Isto seria uma importante derrota para os planos autoritários do Planalto.

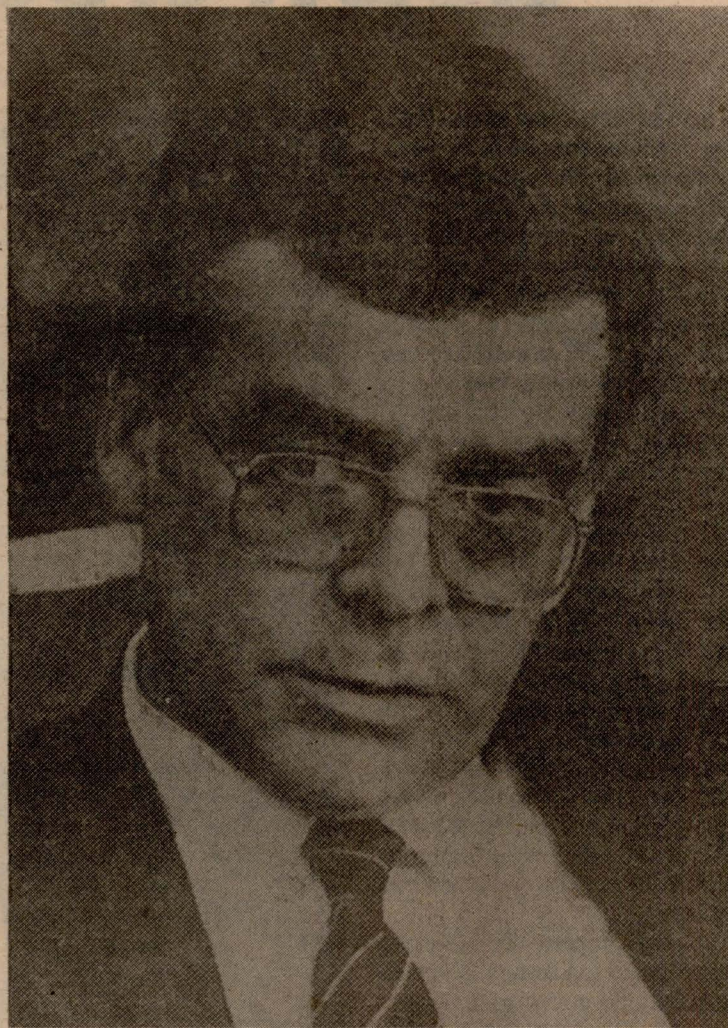
Censura

O outro escândalo jurídico foi a Portaria 773/90, que reedita a censura

na TV. O Presidente em exercício da Ordem dos Advogados do Brasil, Tales Castelo Branco, denunciou o retrocesso e sua forma também inconstitucional. Claudio Humberto, portavoza da Presidência da República defendeu a censura respondendo a Castelo Branco de maneira grosseira e vulgar. Em seguida, a OAB lançou uma nota de desagravo ao seu presidente onde também afirma que a atitude de Claudio Humberto era um fato integrante "de um processo proposital de intimidação e descrédito da sociedade civil". Na nota argumentou juridicamente porque a Portaria 773/90 é inconstitucional.

Estes fatos surgem durante uma crise do governo central. Em meio ao descontrole inflacionário, inúmeras concordatas, denúncias de tráfico de influências, brigas intestinas no poder. O governo tenta desmoralizar uma entidade democrática como a OAB, que jogou papel destacado na luta contra a ditadura, e amordaçar o Ministério Público, que está sendo um obstáculo a suas pretensões absolutistas. Estes fatos vão dando sentido à última frase de Collor no seu discurso de saudação ao novo ministro da Justiça, ao empossá-lo no cargo. "Senador, precisamos de sua experiência..."

*Colaborador da Classe



O procurador-geral da República condena a intervenção de Collor no Ministério Público

Esquerda é contrária à renegociação da dívida

A grande imprensa brasileira e as principais redes de televisão, reproduzindo com estardalhaço os "press-releases" emitidos pelo Palácio do Planalto, anunciaram que o governo Collor obteve o respaldo unânime do Congresso Nacional para sua proposta de renegociação da dívida externa. Contaram como quiseram o que foi a visita da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, ao Senado Federal, dia 23 de outubro, e silenciaram sobre a movimentação contrária promovida pelos partidos de esquerda.

Depois de meticulosa articulação do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, que tentou a todo custo atrair a oposição, sem êxito, pois não obteve o comparecimento dos líderes do

PCdoB, Haroldo Lima, e do PT, Gumerindo Milhomen, a ministra da Economia foi ao Congresso para prestar esclarecimentos sobre o encaminhamento que o governo tem dado nas negociações com os credores externos. Pediu o apoio de deputados e senadores, que considerou condição básica para reforçar suas posições no entendimento com as instituições financeiras internacionais.

A ministra obteve, de fato, alguns apoios, dos partidos de direita e de alguns "cardeais" do Congresso, que embora defendam posições centristas e em alguns momentos até adedastadas, são apresentados pelos cronistas como "de esquerda". Entre estes,

o senador tucano Fernando Henrique Cardoso, o deputado federal em fim de mandato e não reeleito, Fernando Santana (PCB) e César Maia, do PDT, este em franca contradição com expressivas correntes e a liderança do partido.

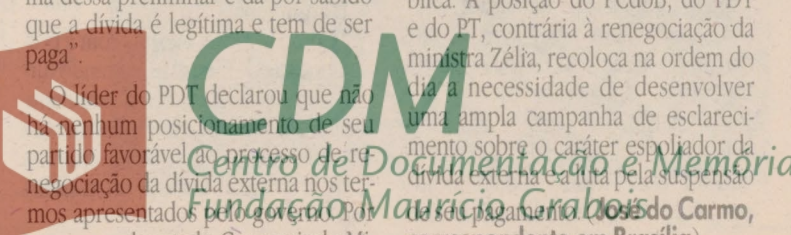
No dia seguinte à visita da ministra ao Senado, reuniram-se, por iniciativa do PCdoB, as lideranças desse partido, do PT e do PDT, e decidiram contestar através de pronunciamentos na Câmara dos Deputados, a versão de que a esquerda deu apoio ao "Plano Zélia" de renegociação da dívida externa. Durante a reunião, os três partidos reafirmaram sua posição de "questionar a legitimidade da dívida".

O deputado Haroldo Lima, líder do PCdoB, declarou que a posição do partido é "contrária à renegociação proposta pela ministra Zélia Cardoso". E reafirmou a "atualidade da luta pela suspensão do pagamento da dívida externa". Segundo Haroldo, pôr em xeque a legitimidade da dívida é questão "preliminar". A ministra, argumenta o deputado, "passa por cima dessa preliminar e dá por sabido que a dívida é legítima e tem de ser paga".

O líder do PDT declarou que não há nenhum posicionamento de seu partido favorável ao processo de renegociação da dívida externa nos termos apresentados pelo governo. Por sua vez, o deputado Gumerindo Mi-

lhomen, líder do PT, afirmou no Plenário da Câmara: "Quero, mais uma vez, manifestar a posição frontalmente contrária do Partido dos Trabalhadores a esta negociação da dívida externa, que, portanto, não pode contar com o nosso apoio".

Mais uma vez o governo e os meios de comunicação que fazem eco à sua política mentiram para a opinião pública. A posição do PCdoB, do PDT e do PT, contrária à renegociação da dívida externa, recoloca na ordem do dia a necessidade de desenvolver uma ampla campanha de esclarecimento sobre o caráter espoliador da dívida externa e a luta pela suspensão de seu pagamento. (José do Carmo, correspondente em Brasília).



O novo Congresso Nacional

Haroldo Lima*

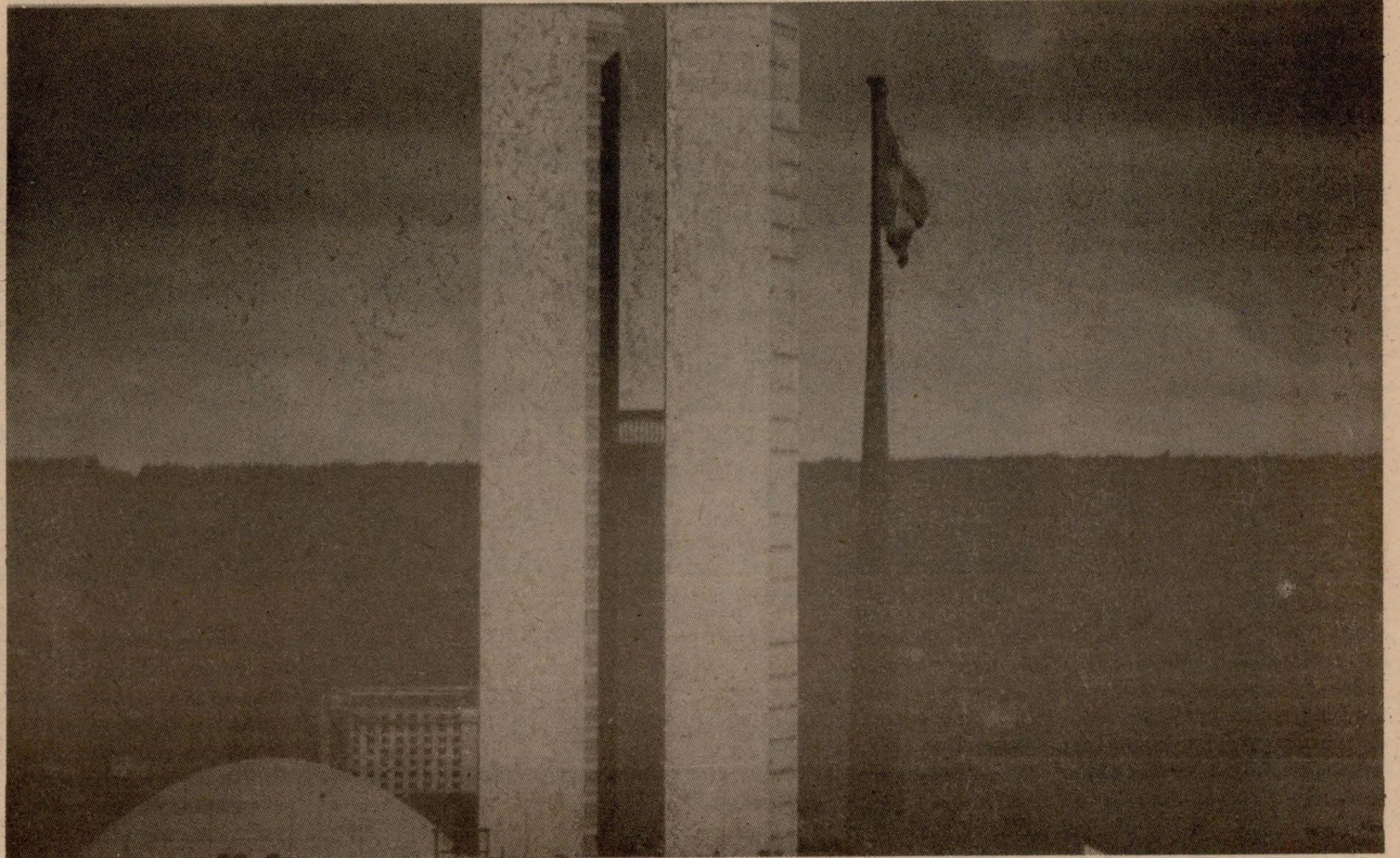
Uma análise preliminar dos resultados das eleições do último dia 3 de outubro, principalmente no tocante à renovação das cadeiras de deputados federais e senadores, revela um dado particularmente preocupante: um claro e acentuado crescimento das bancadas conservadoras, de direita e alinhadas ao governo Collor. Em números absolutos, embora ainda sujeitos a algumas pequenas correções, a composição ideológica do futuro Congresso apresenta o seguinte perfil: as bancadas de esquerda e de oposição (PDT, PT, PSB, PCdoB e PCB) conquistaram 101 cadeiras na Câmara dos Deputados e 7 cadeiras no Senado Federal; as bancadas de direita e governistas (PFL, PDS, PRN, PTB, PDC, PL, PSC, PRS, PST, PTR, PSD e PMN) conquistaram 257 cadeiras na Câmara dos Deputados e 37 no Senado Federal e as bancadas de posição indefinida (PMDB e PSDB) — conquistaram 145 cadeiras na Câmara dos Deputados e 37 no Senado Federal.

Tendência conservadora

Esses números demonstram que o governo obtém sozinho a maioria da Câmara dos Deputados, que é de 252 votos e necessitaria do apoio de apenas 5 senadores para conquistar também a maioria do Senado Federal, que é de 42 votos. Considerando a tendência ideológica das bancadas do PMDB e do PSDB, a correlação de força fica ainda mais favorável à direita e ao governo. Isso porque, dos 145 deputados do PMDB e do PSDB, no mínimo 63 são de clara tendência governista, contra apenas 33 de tendência oposicionista, 15 de comportamento absolutamente indefinido e 34 novos deputados cuja postura política e ideológica ainda não podemos precisar. No Senado, a margem de vantagem do governo fica ainda maior, se considerarmos que dos 37 senadores do PMDB e do PSDB, 13 são de nítida tendência governista, contra 15 de tendência oposicionista e 9 de comportamento indefinido.

Com esses desdobramentos, teríamos o seguinte quadro: na Câmara dos Deputados o governo e a direita contaria com 320 dos 503 deputados, a oposição ficaria com 134 deputados, havendo, ainda, 49 deputados de comportamento indefinido, e no Senado Federal, o governo teria 50 dos 81 senadores, contra 22 senadores da oposição e 9 indefinidos.

Esses números, embora ainda não possam ser considerados definitivos, demonstram claramente uma tendência ideológica conservadora que emergiu das urnas de 3 de outubro em todo o país. Mais do que isso, eles revelam outro dado bastante significativo: o enfraquecimento do centro como um bloco de força organi-



O novo Congresso tem maioria conservadora

zado e independente. Essa é, sem dúvida, uma das principais e mais perigosas conseqüências do resultado da última eleição. Afinal, nas batalhas parlamentares, o centro sempre teve um papel decisivo. Durante a Constituinte, por exemplo, as mais importantes vitórias obtidas pelos setores progressistas aconteceram exatamente quando o centro se uniu à esquerda. Quando ocorria o contrário a vitória era praticamente impossível.

Falsa imagem

O resultado da eleição de 3 de outubro revela, também, que o eleitorado deixou se influenciar pela intensa campanha de desmoralização do Congresso Nacional e do Poder Legislativo, desenvolvida pelos meios de comunicação com a Rede Globo à frente, e pelo próprio Poder Executivo. De um lado, a imprensa escrita e televisada, sempre que podia divulgava notícias distorcidas com o nítido objetivo de desmoralizar e desacreditar perante a opinião pública a imagem do Poder Legislativo e do Congresso Nacional. De outro lado, o governo contribuiu decisivamente com essa campanha na medida em que tentou, na prática, desmoralizar o Legislativo através da edição de sucessivas Medidas Provisórias. Mais do que isso, a prática do Executivo legislar por Medidas Provisórias significou, na verdade, uma usurpação do poder de legislar do Congresso Na-

cional, contribuindo para divulgar perante o povo a falsa imagem de que o Congresso e os políticos não prestavam para nada.

As conseqüências dessa campanha também se manifestaram com força no resultado das urnas de 3 de outubro. Seja pelo alto índice de renovação do Congresso Nacional — 62% na Câmara dos Deputados — seja pelo elevado número de votos nulos e votos brancos para as eleições proporcionais. Levando-se em conta que o voto nulo e branco tem uma conotação de voto de protesto ou de descontentamento, pode-se deduzir que eles representaram um repúdio do povo ao Congresso e aos políticos. No entanto, essa campanha teve mais efeito nas faixas mais esclarecidas do eleitorado e, com isso, contribuiu para prejudicar ainda mais o desempenho da esquerda e dos setores progressistas. Isso porque os candidatos da direita acumulam sua votação entre os setores menos esclarecidos da população, entre os eleitores menos conscientes e fisiológicos, que trocam seu voto por favores ou benefícios pessoais. Uma confirmação disso está na facilidade com que os deputados que tiveram notas baixas na Constituinte, segundo o DIAP, conseguiram a reeleição, ao passo que os deputados nota 10 tiveram mais dificuldades para se reeleger. Nomes com Lysâneas Maciel, Fernando Santana, Carlos Alberto Caó, Domingos

Leonelli, Abigail Feitosa, Antero de Barros, Edmilson Valentim, Gumerindo Milhomen e Cristina Tavares, entre outros nota 10, não conseguiram a reeleição. Enquanto isso, figuras como Luiz Eduardo Magalhães, Angelo Magalhães, José Lourenço, Roberto Ballestra, Sarney Filho, Bonifácio Andrada, Paes Landim, Amaral Netto, Luiz Roberto Ponte, Delfim Netto, Roberto Cardoso Alves e Ricardo Fiúza, só para citar os mais notórios, todos com notas inferiores a 1, se reelegeram com relativa facilidade.

Preparação de terreno

No fundo, essa campanha vitoriosa de desmoralização do Legislativo, desencadeada pela grande imprensa e pelo próprio governo, tem dois objetivos bastante definidos. De um lado, preparar o terreno para a instauração de um parlamentarismo de direita no país, com um Congresso dominado amplamente pelas forças conservadoras. De outro, golpear de morte a atual Constituição, eliminando todos os seus avanços no processo de revisão constitucional que será feito, em 1993, por esse Congresso eleito em 3 de outubro. Não é à toa que, logo após serem conhecidos os resultados das urnas, já começam a circular pelo Congresso propostas como as de adoção do voto distrital, de liquidação do conceito de empresa nacional, de abertura indiscriminada ao capital estrangeiro, de privatização das empresas estatais, inclusive da própria Pe-

trobrás, de antecipação do plebiscito para definir o sistema de governo para 1992 e de reeleição do presidente da República, entre outras.

Se o governo e a direita ganharam, e isso é uma realidade, a esquerda, apesar de um crescimento relativo, contribuiu muito para esse resultado. O povo brasileiro aprendeu na campanha presidencial de 1989, através da Frente Brasil Popular e do parlance do 2º turno, que tem à sua disposição uma poderosa e eficaz arma para enfrentar a direita e a reação à unidade da esquerda. Agora, o povo foi chamado para uma nova batalha e essa arma poderosa não lhe foi colocada nas mãos. Descrente, respondeu com o voto nulo e branco.

Parte substancial dessa responsabilidade cabe ao PT que de principal partido da unidade da esquerda em 89 se transformou nas eleições de 90 no principal partido da divisão da esquerda, incentivando e patrocinando essa divisão na maioria dos Estados brasileiros. Agora, a esquerda e os setores progressistas precisam tirar lições desse resultado eleitoral e a principal delas é a necessidade imperiosa de se reconstruir o caminho da unidade popular, de esquerda, articulada com as frentes de massa, para enfrentar uma direita mais forte e mais poderosa. A unidade ainda é a bandeira da esperança e o caminho da vitória.

Rio: Operários dividem patrões

Os metalúrgicos do Rio de Janeiro conseguiram impor uma importante derrota ao governo Collor, após 16 dias de greve e a conquista de reajustes salariais acima do previsto pela Medida Provisória 219, que arrocha os salários dos trabalhadores. Na prática, os operários da segunda maior base sindical do País (um total de 150 mil metalúrgicos, dos quais 70 por cento participaram da greve) conseguiram demonstrar que com unidade, de maneira ofensiva e, sobretudo, com uma marca classista, o movimento obteve o respeito da sociedade e encurralou o patronato, que terminou por concordar, ainda que dividido entre si, em conceder aumentos reais.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, Carlos Manoel, a conquista de 138 por cento sobre os salários de março passado, a fixação do piso salarial da categoria em Cr\$ 17.120,00 e a concessão de um abono de Cr\$ 15 mil dividido em três parcelas de Cr\$ 5 mil, que ao final seja incorporado aos salários (o que torna o piso efetivamente em Cr\$ 22.120,00) significam uma vitória no plano econômico que não é a ideal mas que, diante de uma situação de recessão por que passa o país, é superior a muitos acordos já realizados, inclusive em relação a outras categorias.

No entanto, para ele a vitória maior está situada no nível político. A participação unitária da diretoria do Sindicato em todas as decisões, a incorporação de muitos novos ativistas no trabalho sindical, resultado da radicalização do movimento, e o fortalecimento da entidade são resultados importantes para o movimento sindical fluminense. Ficou claro, segundo Carlos Manoel, que o Sindicato tem uma visão classista, de permanente defesa dos interesses dos trabalhadores e que os patrões percebem o novo quadro político da entidade.

A Corrente Classista

Para o diretor do Sindicato, Luís Chaves, membro da Corrente Sindical Classista, a avaliação política mais geral que identifica o Rio de Janeiro como "um pólo de resistência ao governo Collor" se confirma também entre os trabalhadores. Segundo ele, "os operários metalúrgicos do Rio demonstraram a sua oposição ao governo Collor, na medida em que a greve e o acordo conquistado representam um rompimento com a Medida Provisória 219, que visa arrochar os salários".

Chaves considera que a divisão do patronato na mesa de negociação foi outro ponto importante a ser contabilizado pelos trabalhadores. Ele concorda com Carlos Manoel ao citar a radicalização da greve como fator decisivo para a vitória e a conseqüente unidade das forças políticas que diri-



O presidente Carlos Manoel considerou o acordo uma vitória política dos operários

gem o Sindicato, face à mobilização das bases operárias.

O dirigente sindical observou que a Corrente Classista jogou um papel elevado durante a greve. Os seus militantes, que integram a diretoria da entidade, tiveram participação destacada em todas as atividades, oferecendo uma grande contribuição para o sucesso do movimento. Além disso, fez crescer a sua influência na categoria e tem o reconhecimento das demais correntes políticas que atuam na área. Chaves assinalou que as pro-

postas políticas da CSC tiveram um peso importante nas assembleias, o que fortaleceu a organização política dos operários.

União dos operários e a repressão

A unidade dos trabalhadores, aliada à sua determinação em alcançar os seus objetivos imediatos, fez com que três situações adversas fossem revertidas: 1) ao forçar a atuação unitária da diretoria do Sindicato; 2) ao promover a divisão dos patrões, dian-

te da crescente radicalização das massas; 3) ao enfrentar com disposição nunca vista a polícia e os seguranças armados das empresas em greve.

— Foi um grande aprendizado para as forças políticas! — Sentenciou o presidente Carlos Manoel. Para logo acrescentar: "algumas correntes que dificultavam as coisas, passaram a ver a necessidade de agir mais unitariamente e a ter mais respeito e dar maior credibilidade às demais forças políticas que atuam no Sindicato".

Além disso, disse, "agora, o patro-

nato saiu dividido e terá dificuldades de se reaglutinar, devido à força do movimento". Ele fez essa declaração face à iniciativa de muitas empresas em desejarem fazer acordos em separado, com receio da ação dos piqueteiros, que chegaram a ocupar fábricas, como no caso da Eletromar e da Cirpress, onde os operários enfrentaram seguranças que dispararam suas armas contra eles, chegando a atingir três trabalhadores, mas sem gravidade.

Empresas como a Rio Industrial, a Brasferro e a Standard Electric acorreram ao Sindicato para fechar os acordos em separado. Enquanto isso, empresas que nunca fizeram greve, por conta da repressão ali existente, como a White Martins, Ciferal, Eletromar e Usimeca, pertencente ao secretário-geral da Firjam e presidente das negociações pelo lado patronal, Cesar Moreira, passavam por paralisação quase total.

O sindicalista Luís Chaves destacou, além do apoio demonstrado por muitos sindicalistas, a solidariedade e mesmo a participação direta de muitos parlamentares, como os deputados federais Edmilson Valentin, do PCdoB, e José Alfredo Salomão, do PDT, dos deputados federais eleitos Jandira Feghali, do PCdoB, e Carlos Santana, do PT, do vereador Edson Santos, do PCdoB, e demais parlamentares de partidos progressistas. (Carlos Henrique Vasconcelos)

Greve vigorosa dos têxteis em Natal

No Rio Grande do Norte, aproximadamente 10 mil trabalhadores cruzaram os braços em resposta aos baixos salários e às freqüentes demissões na indústria têxtil e de confecções. É a maior greve na história da categoria, constituindo-se na maior mobilização reivindicatória que o Estado já teve.

Conhecido como "a greve das costureiras", o movimento teve início no dia 22 de outubro, pleiteando reajuste salarial e estabilidade no emprego. A rotatividade do setor é muito grande e as arbitrariedades assustam: inúmeras são as denúncias das operárias. Muitas são vigiadas, não têm direito à licença médica, têm apenas 30 minutos para almoço e recebem em média o mísero salário de Cr\$ 6 mil. Na Guararapes Têxtil, um operário, em meio ao movimento, foi trabalhar e sofreu um acidente fatal numa máquina de fabricação italiana, que não estava equipada com o dispositivo de segurança. No dia 23, a empresa fechou totalmente a fábrica e tem se negado a negociar.

A greve na Guararapes é um movimento pelo cumprimento do acordo coletivo, assinado em maio. Naquele mês, o Tribunal Regional do Trabalho



(TRT) julgou favorável a reposição de 166% e a estabilidade no emprego até 31 de outubro, o que não foi cumprido pela empresa.

A categoria foi à greve, passando por cima da direção do sindicato. O

seu presidente, João Batista do Nascimento, tem sido um aliado dos empregados, criando obstáculos ao sucesso do movimento.

A categoria, contudo, conta com o apoio dos diretores políticos, PT e pertencem à Corrente Sindical Classis-

ta da CUT: Edson, Francisca, Djalma e Raminho.

Nesse histórico movimento, é marcante a participação da Central Única de Trabalhadores (CUT) da categoria, com o apoio dos diretores políticos, PT e PCdoB.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Sindicato fortalecido vai às urnas



Acima, um time que quer avançar na luta e pôr pelegos fora da jogada

Nos dias 6 e 7 de novembro ocorrem as eleições para a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio-Ambiente do Estado de São Paulo. A entidade, que representa cerca de 22 mil funcionários da Sabesp/Cetesb, é presidida por Nivaldo Santana, coordenador nacional da Corrente Sindical Classista da CUT e candidato à reeleição.

Nos últimos três anos, esse sindicato passou por intenso processo de fortalecimento. Além das lutas específicas, por locais de trabalho, a entidade dirigiu três greves gerais da categoria. A última, ocorrida em julho passado, durou sete dias e enfrentou a truculência do patronato, que acionou a tropa de choque da PM para reprimir os grevistas e demitiu cerca de 200 trabalhadores. No final, os trabalhadores conquistaram importante vitória, forçando o Tribunal Regional do Trabalho a conceder reajuste fora da data-base (que é em maio) e a decidir pelo retorno de todos os dispensados e o pagamento dos dias parados.

Nesse período, o sindicato também se estruturou. Vários investimentos foram feitos para facilitar a mobilização e organização da categoria, como a mudança da sede, a compra de um potente caminhão de som, a criação de três novas subseções no interior, a dinamização da imprensa

— inclusive com a aquisição de câmara de filmagem, vídeo e telão.

Organização na base

Outra preocupação constante da atual diretoria foi com o enraizamento do sindicato nos locais de trabalho. A entidade deu maior assistência aos delegados sindicais, eleitos democraticamente nas unidades das empresas, e procurou interferir na eleição de cipeiros combativos. Ela também passou a estimular, a partir da campanha salarial do ano passado, a formação das comissões de mobilização — tendo como objetivo a conquista do reconhecimento das comissões de setores.

Outra marca da atual gestão foi sua postura democrática. Em todos os momentos de pique de luta, em particular nas greves, o sindicato promoveu assembleias diárias para definir os rumos dos movimentos. Também foi realizado o 1º Congresso Estadual dos Trabalhadores da Sabesp/Cetesb, no início de junho passado, que contou com a participação de 300 delegados eleitos nas bases. Coroando esse processo de democratização, o congresso aprovou a mudança do estatuto da entidade.

Avançar na Luta

Três chapas disputam as eleições na en-

tidade. A chapa 1, **Avançar na Luta**, é formada pelas lideranças que se destacaram nas batalhas nesse período recente. Ela tem como compromisso dar continuidade e aprimorar o trabalho desenvolvido até agora. Uma de suas prioridades é com a elevação do nível de consciência e de organização dos trabalhadores, via formação sindical e reforço ao trabalho das comissões de setores.

A chapa 1 é encabeçada por Nivaldo Santana e reúne um amplo leque de forças. Nela estão presentes ativistas do PCdoB, PT, PSDB, PDT, PCB e independentes. A chapa defende a filiação do sindicato à CUT — o que já foi aprovado, como indicativo, no 1º Congresso da categoria e deverá ser referendado em assembleia logo após a realização do pleito.

Já as duas chapas adversárias são patronais. A chapa 2 foi formada pelo chefe de gabinete da presidência da Sabesp, um tal de João Arena. Para compô-la, a empresa prometeu promoções e ameaçou com represálias — principalmente aos candidatos do interior. No caso da chapa 3, ela foi formada por um antigo integrante da diretoria pelega, que esteve à frente da entidade no período do regime militar. (Altamiro Borges, jornalista e colaborador da **Classe**)

CURTAS

Segundo o boletim dos bancários classistas da CUT, "Mobilização Classista", caso a política monetária e fiscal do governo Collor consiga superar os reflexos do aumento do petróleo nos meses de dezembro e janeiro (que são tradicionalmente de inflação elevada) e estabilize a inflação em 10% ao mês (que é uma perspectiva otimista), em março de 91 a inflação estará acumulada em 7.645,48%. Nesse caso, a defasagem salarial da categoria b será de 229%

A diretoria do Sindipapel de Mogi das Cruzes, SP, está promovendo a reestruturação sindical da entidade. Após a devida manifestação da categoria, em assembleia, novos departamentos serão implantados visando agilizar e consolidar o trabalho do sindicato. Tal processo passa pela democratização dos Estatutos Sociais da entidade.

Eleita em setembro, a nova direção é

oposicionista. Fruto de uma dissidência da gestão anterior, a chapa 2 foi formada com Iduigues Ferreira Martins como presidente, Lúcio Ferreira de Melo, secretário-geral, João Adolfo do Carmo, tesoureiro e Adérito Modesto como diretor de imprensa (um dos destaques da nova diretoria, já que Adérito tem apenas 25 anos, milita na União da Juventude Socialista e é o primeiro diretor da CSC da CUT naquele sindicato), entre outros militantes cutistas que se opuseram ao ex-presidente "Marcão", também da CUT, mas que foi defendendo, ao longo de sua gestão, posições estranhas à da Central Única.

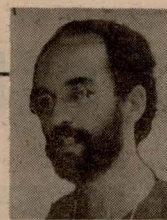
No dia 23, um grupo de sindicalistas ligados à proposta do sindicalismo de resultados de Luiz Antônio Medeiros, anuncia a criação da central Força Sindical, nova proposta da direita sindical em busca de maior influência no movimento dos trabalhadores.

Segundo seus criadores, a nova central já começa com 300 categorias vinculadas e, embora neguem, busca ocupar os espaços em que a CUT e as CGTs tenham ou não penetração.

Na segunda-feira, dia 29, o *Jornal da Tarde*, do grupo O Estado de S. Paulo, publicou em sua seção de economia, matéria contrária à contribuição assistencial dos sindicatos, que mereceu chamada principal na capa sob o título: "Como os sindicatos tomam dinheiro até de quem não é sócio".

O jornal esqueceu-se de publicar que é nitidamente constitucional a livre organização das entidades sindicais (art. 8º, Dos Direitos Sociais da Constituição federal) e que a estas "...cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria..."

Questão de Ordem



Não ao pacto social

Alvaro Gomes*

Um dos objetivos do Plano Collor é imputar ao funcionalismo público e empregados das estatais a culpa pela extrema miserabilidade em que se encontra o povo brasileiro. Por outro lado, estribando-se no entendimento de que salário gera inflação, patrocina o maior arrocho salarial de nossa história, e isso tem um objetivo definido: beneficiar, ainda mais, as burguesias nacional e internacional.

Os trabalhadores, percebendo que as medidas levadas a efeito só lhes trazem prejuízos, rebelam-se contra elas e o resultado é que dezenas de greves são deflagradas e muito movimentos já alcançam vitórias expressivas. Os bancários da rede privada, por exemplo, apesar de não terem conseguido recompor os seus salários aos níveis de setembro/89, derrotaram, na prática, a criminoso Medida Provisória 211 (modificada pela MP-219) ao conquistarem índices de reposição salarial bem acima dos determinados por este anômalo dispositivo legal.

Perdas mais duras

É exatamente neste contexto de intensa mobilização que aparece com força por parte do governo a proposta de pacto social, cujo objetivo único é desviar a atenção dos trabalhadores da grave crise que atravessamos, ou, mesmo, impor-lhes perdas ainda mais duras.

Os trabalhadores não tem mais o que ceder. Com o autoritarismo do governo, criou-se uma situação insuportável. Todas as mercadorias são aumentadas diariamente, mas os salários continuam congelados.

O governo está querendo que o movimento sindical avalise a sua perversa política econômica. Participar do chamado pacto social,

nos termos em que ele está posto, significa cair no jogo patronal, traindo, portanto, aos assalariados.

Achamos que a nossa central, a CUT, deve se retirar imediatamente das negociações do pacto social, pois o governo só pretende ganhar tempo, criar um *marketing* e, mais uma vez, enganar a população. É inadmissível perder tempo com um governo comprometido com as elites, permitindo que se passe a idéia de que está havendo negociação, desgastando uma central respeitada como é a CUT.

Desgaste para CUT

O governo Collor dentro de sua estratégia de favorecer o grande capital procura de todas as formas desgastar o movimento sindical, reprimindo as greves e buscando cooptar lideranças sindicais, além do mais vem trabalhando e estimulando a criação de uma "nova" central sindical, "coerente", "flexível", "responsável" (???) Na realidade a nova central que está sendo tramada nos gabinetes do Planalto, vem com o objetivo de confundir os trabalhadores, já que a central de Magri, mesmo com toda a cobertura da imprensa burguesa, não emplacou.

Sentar-se à mesa de negociação com o governo é, sem dúvida nenhuma, desgastante para a CUT. O movimento sindical deve se mobilizar para enfrentar essa nova situação e não cair em armadilhas do governo. Devemos sim, intensificar a luta por melhores salários e condições de trabalho, contra o projeto neoliberal (projeto Collor) e pela verdadeira transformação da sociedade.

Não a esse pacto social deve ser a palavra de ordem de todos os trabalhadores.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Governo ameaça Petrobrás

O monopólio estatal do petróleo, criado em 1954, sempre sofreu a oposição do capital estrangeiro e de setores entreguistas da burguesia brasileira. Mas nunca esteve tão ameaçado como agora, pois as próprias autoridades incumbidas de zelar por ele são as primeiras a vir a público para defender seu fim.

Logo após tomar posse na presidência da Petrobrás, na sequência de uma crise governamental que levou à demissão de Mota da Veiga, num caso envolvendo negociações entre o Palácio do Planalto e a companhia de aviação Vasp (ver matéria na página 11), Eduardo Teixeira, o novo presidente da estatal do petróleo, declarou-se favorável ao fim do monopólio. A notícia alcançou ampla repercussão na imprensa e teve o efeito de uma bomba no Congresso Nacional (ver pronunciamento do líder do PCdoB nesta página).



Haroldo Lima fez firme denúncia no Congresso Nacional

O novo presidente da Petrobrás não se limitou a expor sua opinião contrária ao monopólio estatal do petróleo, mas também anunciou que enviará proposta nesse sentido ao Congresso Nacional. Ele conta com a reformulação do artigo 177 da Constituição Federal na revisão constitucional prevista para 1993. Se isto não bastasse para

evidenciar as intenções do governo contra a Petrobrás e o monopólio estatal do petróleo, o próprio presidente Collor, em entrevista coletiva à imprensa, dia 24 de outubro, afirmou textualmente: "A declaração do presidente da Petrobrás está absolutamente correta".

Dessa maneira, o presidente da República antecipou publicamente a resposta a um Requerimento de Informações em que o líder do PCdoB no Congresso Nacional, deputado Haroldo Lima, interpela os ministros da Infra-estrutura, Osires Silva, e da Economia, Zélia Cardoso de Melo, sobre a posição do



O novo presidente da Petrobrás lança campanha contra o monopólio

governo em relação ao monopólio estatal do petróleo.

Por outro lado, as declarações do novo presidente da Petrobrás foram aplaudidas pelas empresas multinacionais distribuidoras e revendedoras de combustíveis. "Quem mais ganha com a concorrência é o público. Ele sempre paga alto pelo monopólio", disse o presidente da Atlantic, Ary Macedo. Já o vice-presidente para as-

suntos corporativos da Esso, afirmou que "a filosofia da empresa é a do livre comércio e da competição". O Sindicato da Indústria de Material Plástico (Sindiplast) manifestou satisfação com as declarações de Eduardo Teixeira, através de seu presidente, Celso Hahne, enquanto o vice-presidente da multinacional Dow Química, Luiz Carlos Otorlan, disse que a mudança seria um sinal de "modernidade".

"Um atentado à soberania nacional"

Pronunciamento do líder do PCdoB na Câmara dos Deputados em 24 de outubro

A nação ficou estarrecida com as declarações do novo presidente da Petrobrás, sr. Eduardo Teixeira, estampadas na manchete de primeira página do jornal "O Globo", com o título "Presidente da Petrobrás defende fim do monopólio". Segundo a notícia, veiculada com destaque na página 23 de "O Globo", logo após ser empossado na Presidência da Petrobrás, o sr. Eduardo Teixeira, em entrevista à imprensa, declarou ser favorável ao fim do monopólio estatal do petróleo e anunciou ter a intenção de enviar ao Congresso Nacional proposta nesse sentido.

As declarações do novo presidente da Petrobrás são inaceitáveis e representam um verdadeiro atentado à soberania nacional. É um flagrante desrespeito à Constituição Federal atualmente em vigor que, em seu artigo 177, consagra o princípio do mono-

pólio estatal do petróleo.

O monopólio do petróleo e a criação da Petrobrás são conquistas de todo o povo brasileiro, obtidas através de muita luta. Fazem parte da história gloriosa e representam o sentimento de nacionalidade e de defesa da soberania nacional que nos orgulha a todos. A manutenção desse monopólio é fundamental e decisiva para a preservação e a consolidação de nossa independência econômica e da soberania nacional. Qualquer declaração, intenção ou proposta no sentido de eliminar esse monopólio representa grave ameaça à soberania nacional e aos interesses maiores do país e do povo brasileiro.

Não podemos concordar e muito menos admitir que um tecnocrata de duvidosa competência, logo ao assumir um alto cargo na máquina governamental, abra suas baterias contra

o monopólio estatal do petróleo. Na verdade, com essas declarações, o sr. Eduardo Teixeira revela sua verdadeira condição não de servidor do povo e da nação, mas sim de agente infiltrado dos interesses estrangeiros no país.

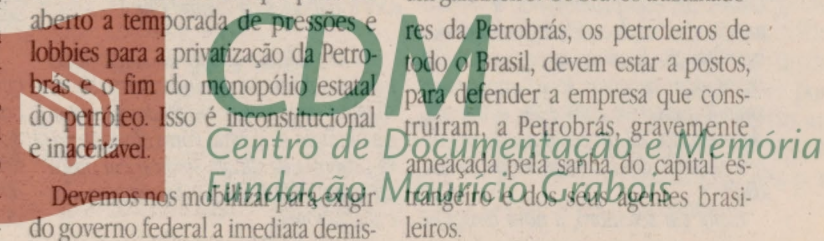
Ao mesmo tempo, as declarações do sr. Eduardo Teixeira, se não forem formais e cabalmente desautorizadas pelo sr. presidente da República ou pelos ministros da Economia, Zélia Cardoso de Melo, e da Infra-estrutura, Osires Silva, revelam que o governo é cúmplice desse plano de liquidação do monopólio estatal do petróleo e de agressão à soberania nacional. Da mesma forma, o episódio revela a forma do governo se conduzir. Afinal, o ex-presidente da Petrobrás, sr. Mota da Veiga, foi demitido sob a alegação de estar colocando os interesses empresariais acima das políticas de go-

verno. O seu substituto, de imediato, declara ser favorável ao fim do monopólio, o que, em outras palavras, pode significar a intenção de estender a desastrosa e danosa política de privatização do governo à própria Petrobrás.

Os setores democráticos, populares e progressistas, e as forças nacionalistas deste país, precisam cerrar fileiras em torno da defesa do monopólio estatal do petróleo e da Petrobrás. Sem dúvida nenhuma, as declarações do sr. Eduardo Teixeira revelam uma sinistra senha que pode ter aberto a temporada de pressões e lobbies para a privatização da Petrobrás e o fim do monopólio estatal do petróleo. Isso é inconstitucional e inaceitável.

Devemos nos mobilizar para exigir do governo federal a imediata demis-

são do sr. Eduardo Teixeira da Presidência da Petrobrás, pois sua posição contra o monopólio estatal do petróleo é incompatível com os interesses da empresa, com a soberania nacional e com o cargo de presidente para o qual foi indicado. Já basta a presença de um diretor de um banco privado, o sr. Lafayette Coutinho, na Presidência da Caixa Econômica Federal. Agora, colocam um agente do capitalismo estrangeiro na Presidência da Petrobrás. É a mesma coisa que nomear uma raposa para administrar um galinheiro. Os bravos trabalhadores da Petrobrás, os petroleiros de todo o Brasil, devem estar a postos, para defender a empresa que construíram, a Petrobrás, gravemente ameaçada pela sanha do capital estrangeiro e dos seus agentes brasileiros.



História da farsa anunciada

A direita que se diz "moderna" alardeou durante anos que o problema essencial do país era a corrupção — e prometeu eliminá-la. Sete meses depois de assumir o poder ela tenta encobertar a ação de dois membros do círculo íntimo de assessores do Presidente, envolvidos num caso indistigável de tráfico de influências contra a Petrobrás.

Farsa. Por mais que se procure outro, é inevitavelmente este o substantivo que melhor serve para definir o final dos trabalhos da comissão criada pelo presidente Collor para, segundo suas próprias palavras — e seu português sofrível —, "fazer uma análise absolutamente rigorosa, minuciosa, criteriosa" das denúncias de tráfico de influências praticado contra a Petrobrás, que durante vários dias polarizaram o debate político no país. Lançadas pelo ex-presidente da empresa, Luiz Otávio Motta Veiga, as acusações atingem em cheio dois colaboradores que desfrutam da intimidade do próprio chefe do governo.

Assessores diretos envolvidos

A comissão encerrou seus trabalhos em 30/10, e no último dia de outubro o atual dirigente máximo da Petrobrás, Eduardo Teixeira, entregou o relatório final a Collor. Provavelmente para evitar a completa desmoralização de seus próprios trabalhos, e para desviar a atenção do público dos fatos essenciais que cabia esclarecer, a comissão serviu-se de um artifício. Ela considerou "inaceitável" a proposta feita há alguns meses à Petrobrás pelo empresário Wagner Canhedo, então pretendente a comprador da Vasp. Mas eximiu-se por completo de apurar as responsabilidades dos dois colaboradores do Presidente sobre os quais pesavam as principais acusações: o empresário Paulo César Farias, conhecido como "PC", e o embaixador Marcos Coimbra, ao mesmo tempo secretário particular e cunhado de Collor.

Ainda que se critique os quatro homens indicados para apurar as denúncias, contudo, seria um erro atribuir a eles a disposição principal de acobertar o caso. O dispositivo montado pelo Palácio do Planalto no dia 26 de outubro para supostamente desvendar "os fatos em suas minúcias" é, em seu conjunto, uma peça talhada para ocultar responsabilidades. É por isso que é possível falar em *farsa*, e para entendê-la é preciso estudar o episódio desde que ele veio à luz, em 19/10.

As ações do "fritado"

Foi nessa data que o então presidente da Petrobrás, Luiz Otávio Motta Veiga, anunciou sua própria demissão de maneira insólita. Dizendo-se vítima de um pro-

cesso de "fritura" em que estariam envolvidos desde a ministra Zélia Cardoso até o porta-voz da Presidência, Cláudio Humberto, Motta Veiga convocou a imprensa no início da tarde para comunicar que estava deixando o governo naquele instante. Fez questão de destacar que sua atitude havia sido tomada num ímpeto — "liguei para o embaixador Marcos Coimbra (para oficializar a demissão) um minuto antes de entrar nesta sala" — e alegou que não concordava com certos métodos que estariam se tornando rotina na administração. Além do hábito de "fritar" colaboradores, ele condenou práticas que em linguagem clara se conhece por *corrupção*.

Por trás de seu isolamento no governo, afirmou o então presidente da Petrobrás, estavam "por exemplo atos pouco confessáveis em campanhas eleitorais". Pior ainda, haveria por trás da "fritura" a tentativa de induzir a Petrobrás a realizar negócios francamente lesivos a seu patrimônio, em nítido favorecimento de particulares — mais especificamente do Grupo Canhedo, vencedor do leilão em que foi privatizada a Vasp.

Empréstimo a juro zero

Motta Veiga concordou em narrar em detalhes os fatos que estavam na origem da denúncia, e deu nomes aos bois. Alguns meses antes da privatização da Vasp ele teria sido procurado, na sede da Petrobrás, pelo empresário Wagner Canhedo, que já então se aprontava para a aquisição da Vasp. Canhedo teria lançado à empresa uma proposta que resultava em evidentes prejuízos. Ele pleiteava um empréstimo de 60 milhões de dólares — posteriormente reduziu as pretensões para US\$ 40 milhões — a serem pagos em condições especialíssimas. Cinco anos de carência, durante os quais nenhum centavo seria

restituído ao prestador. Pagamento, após completado o quinto ano, em 24 meses. Mais importante que tudo, Canhedo reivindicava que a Petrobrás cobrasse *juro zero* ao longo de todo o período. Para que se avalie a dimensão das perdas que seriam acumuladas pela estatal, basta lembrar que o mercado financeiro trabalha há semanas juros que ultrapassam os 50% ao ano.

Wagner Canhedo, porém, não teria comparecido sozinho ao gabinete de Motta Veiga. Ele foi conduzido e apresentado ao presidente da Petrobrás por ninguém menos que o empresário Paulo César Farias ("PC"), que além de amigo íntimo de Collor foi sócio da ministra Zélia Cardoso na empresa de assessoria ZLC e assumiu durante todo o ano de 1989 as funções de principal tesoureiro da campanha do atual ocupante do Palácio do Planalto.

"PC" não se limitou, contudo, a introduzir Canhedo. Motta Veiga disse possuir a relação completa, com data e hora assinalados, dos nada menos de dezessete telefonemas que recebeu do amigo de Collor, sempre para pedir providências em relação ao negócio proposto pelo então pretendente à compra da Vasp.

Não era tudo, porém. Embora a ação de "PC" pudesse ser claramente interpretada como tráfico de influência praticado por alguém cujos laços com o Presidente se mantinham intactos, ela ainda não permitia que se falasse num envolvimento direto do Palácio do Planalto no caso.

O Planalto em cena

Foi então que entrou em cena o embaixador Marcos Coimbra, que exerce oficialmente as funções de secretário particular do Presidente, que o avista rotineiramente, e que tem gabinete instalado a poucos

metros dos aposentos onde despacha Collor. Motta Veiga afirmou, e nisso jamais foi desmentido, que Coimbra chamou-o ao telefone, pedindo sugestivamente que ele "achasse uma fórmula para resolver o problema". Dias depois, diretores da Petrobrás Distribuidora garantiram ao "Jornal do Brasil" que Coimbra tentou pressionar também o almirante Maximiano da Fonseca, presidente daquela subsidiária, sempre no sentido de aparar arestas para a concretização do negócio.

As primeiras reações do governo Collor à série impressionante de denúncias levantadas por Motta Veiga foram a mudez e o desprezo. No mesmo dia em que o ex-presidente da Petrobrás se demitiu, o porta-voz do Planalto, Cláudio Humberto, criticou-o com sua habitual arrogância. Ao recusar o acordo proposto pela Vasp, a estatal "perdeu um bom negócio", chegou a declarar o porta-voz. E em 21/10 o ministro da Infra-estrutura, Osires Silva, cancela por conta própria entrevista coletiva que o almirante Maximiano da Fonseca havia convocado prometendo esclarecer o que sabia sobre o episódio.

Começa a farsa

Alguns dias depois, contudo, o Planalto foi obrigado a mudar a sua tática. A tentativa de sepultar o assunto com o peso do silêncio fracassara. Como simultaneamente apareceram sinais de que a equipe econômica enfrenta dificuldades cada vez maiores para lidar com a inflação, pairou no ar um clima de desconfiança crescente em relação ao governo. O presidente Collor, que estava em Portugal, tentou aproveitar sua viagem de regresso para criar um fato político que transmitisse a sensação de domínio sobre a crise. Foi então que teve início uma apuração *farsesca* dos acontecimentos. Poucas horas depois de

desembarcar, o Presidente convocou a imprensa para uma entrevista coletiva. Anunciou ao longo dela que ordenara ao novo presidente da Petrobrás, Eduardo Teixeira, que constituísse uma comissão encarregada de apurar "em cinco dias úteis" as "dúvidas" sobre o caso Petrobrás. Mas definiu *a priori* para a própria comissão atribuições e limites que jamais poderiam levar a qualquer esclarecimento.

Não apurar o essencial

Collor ordenou que a comissão verificasse "se a proposta feita à Petrobrás causou danos, por menores que sejam, às suas contas ou ao seu caixa". Um inquérito de todo inútil e desnecessário, pois é evidente que nenhuma *proposta* pode causar dano, a menos até que seja *concretizada*. Já a *tentativa* de lesar o patrimônio público, da qual havia indícios incontestados, e que poderia incriminar dois dos principais assessores do Presidente, esta estava desde o início *excluído* esforço investigativo da comissão.

O resultado foi o que se poderia prever: condenação da proposta feita pela Vasp, que sim *poderia* ter resultado em greve prejuízo para a Petrobrás. Nenhuma menção, contudo, aos indivíduos que se esforçaram para que a empresa fosse lesada, e que continuam a desfrutar da amizade e das articulações frequentes com o Presidente, complementadas no caso de Coimbra com o cargo de secretário particular de Sua Excelência.

Quanto a este último personagem sobra, à disposição dos que lêem com atenção os jornais — e eventualmente para a Comissão Parlamentar de Inquérito que está prestes a ser constituída no Congresso para investigar o assunto —, uma contradição verbal que atesta não apenas a *conivência* com as atitudes de "PC" e Coimbra, mas também a *intenção* de deixar impunes atos como os praticados por eles. No dia 26, quando concedia entrevista coletiva, Collor procurou nitidamente afastar-se dos acusados, num gesto que a imprensa apressou-se em apontar como "sinal dos novos tempos". "O fato de ser parente do presidente, amigo do presidente ou conhecido do presidente não dá a essas pessoas", disse ele, "direito a um salvo-conduto. Eles não têm delegação do presidente para agir em seu nome".

Sinal dos novos tempos

Três dias depois, ao presidir a sétima reunião ministerial desde sua posse, o chefe do governo fez questão de deixar claro que as declarações eram para consumo externo, e que os "parentes, amigos ou conhecidos" contam com respaldo oficial. Numa referência explícita às gestões do embaixador Marcos Coimbra, junto à Vasp, Collor confirmou: "ele estava cumprindo sua função, que é de acompanhar processos do governo. Todos vocês já receberam telefonemas". Sinal dos novos tempos, por certo.



Motta Veiga fez denúncias claras e deu nome aos bois; o Planalto procura acobertar os culpados

Diomedes Cesário da Silva, da Aepet:

Estamos relançando a luta do "petróleo é nosso"

Entrevista a Antonio Martins

O presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás denuncia a campanha desfechada pelo governo e pelos conservadores para sucatear a empresa e denegrir sua imagem junto ao público, defende o monopólio estatal de petróleo e a retomada dos investimentos no setor, e propõe uma ampla unidade do movimento popular contra as privatizações e em defesa da soberania nacional.

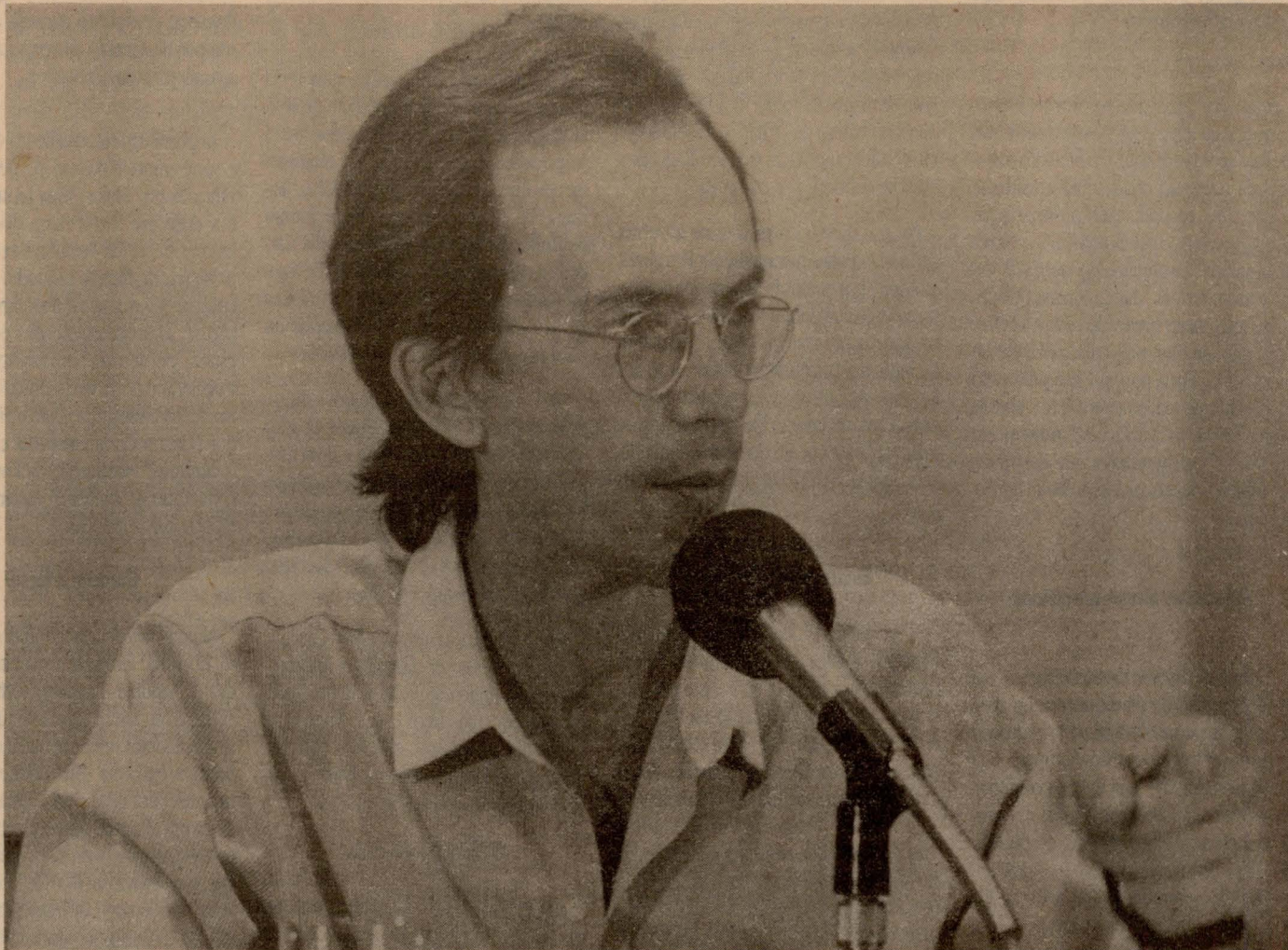
Reuniões que se sucedem ininterruptamente, às vezes até tarde. Entra e sai de repórteres e fotógrafos. Acionamento constante do fax e do telex. Pequenos grupos que se reúnem por instantes para conferir e liberar o leiaute do último boletim. Um clima frenético domina, há dias, um pequeno conjunto de salas situado no décimo andar do edifício número 75 da rua Senador Dantas, uma das mais movimentadas do centro do Rio. Lá está situada a Associação dos Engenheiros da Petrobrás — Aepet —, a entidade que acaba de lançar, a todas as forças progressistas, uma conclamação à retomada da campanha do "petróleo é nosso".

Por lá costuma passar, várias vezes ao dia, Diomedes Cesário da Silva. Presidente da Aepet desde janeiro último, este engenheiro de 41 anos e dezesseis de Petrobrás guarda agora uma lembrança distante do período em que integrava a comissão encarregada de levar aos membros da Constituinte a posição da entidade sobre os assuntos ligados ao petróleo e à soberania nacional.

"Pensávamos que depois de pronta a Constituição, e de reafirmado o monopólio estatal do petróleo, teríamos pela frente um período de tranquilidade", diz ele. Fernando Siqueira, o vice da Aepet, completa: "Só agora, demos nos conta de que a Petrobrás é atacada desde que surgiu, e que as forças reacionárias nunca tolerarão seu sucesso".

O governo Collor ensinou a Diomedes e a Fernando que a direita não desiste diante de derrotas parciais. Mas ao contrário de certos dirigentes sindicais, que hoje parecem perplexos frente às investidas neoliberais e que às vezes compactuam com elas, a diretoria da Aepet decidiu remar contra a maré. Enfrentando a campanha de desinformação lançada pelos principais órgãos de imprensa, ela está determinada a demonstrar a camadas cada vez mais amplas do povo que o país nada ganhará se internacionalizar ainda mais sua economia e em especial a lavra de suas riquezas minerais; que com enorme esforço o Brasil desenvolveu tecnologia capaz de extrair petróleo armazenado em águas profundas, e de viabilizar a curto prazo a auto-suficiência nacional na extração do combustível; que é preciso deflagrar imediatamente um movimento amplo contra as privatizações e em defesa da soberania nacional.

No último dia 29, na sede da Aepet, Diomedes Cesário concedeu à Classe — sempre com a intervenção ativa de Fernando Siqueira — a entrevista exclusiva publicada abaixo, no qual relata com detalhes a luta de sua entidade e o apelo que ela dirige a todo o movimento popular.



Diomedes: "Esclarecido, o povo defenderá a soberania nacional".

Classe: Tudo indica que a Petrobrás está vivendo nestes dias um dos momentos mais cruciais de sua existência. Há sinais cada vez mais fortes de que membros do círculo mais íntimo de colaboradores do governo Collor envolveram-se numa tentativa de lesá-la financeiramente, em benefício de uma companhia privada. Este é o último lance de uma escalada contra a empresa, desfechada desde o início pelo Palácio do Planalto e pela imprensa conservadora. Ao mesmo tempo, a Aepet acaba de lançar uma conclamação ao povo pela retomada da campanha do "petróleo é nosso". Gostaria que você detalhasse os motivos e os planos para esta campanha.

Diomedes: Em primeiro lugar há um debate ideológico fundamental permeando a luta política. Procura-se afirmar que o mundo não tem mais fronteiras, que o progresso do Brasil será alcançado através da internacionalização de nossa economia, que a defesa dos interesses nacionais é uma bandeira que caiu em desuso há décadas. A história, contudo, demonstra o contrário. Todas as nações que alcançaram o desenvolvimento nos últimos séculos precisaram, ao menos numa determinada fase, "fechar" sua economia, produzir internamente o que consumiam. Os casos mais típicos são dos Estados Unidos e o Japão.

Por isso, nós insistimos precisamente em que é preciso resgatar a luta pela soberania nacional, e queremos fazê-lo reeditando uma das campanhas que

melhor expressou esta batalha. A Petrobrás só foi criada após uma ampla mobilização popular, da qual participaram estudantes, militares, comunistas, um amplo espectro político.

Queremos combater especialmente a idéia que os grandes meios de comunicação procuram transmitir a respeito da Petrobrás. Segundo eles, a companhia é integrada por 60 mil marajás que desfrutam uma vida de mordomias às custas do povo. Isto é uma enorme injustiça com trabalhadores que tornaram possível a extração de 670 mil barris de petróleo por dia no país, que para fazê-lo obtiveram êxitos inéditos no mundo na extração de óleo em águas profundas, e que muitas vezes trabalham em regiões inhóspitas, e em condições de insalubridade.

Mas é uma profunda injustiça também com a população brasileira em seu conjunto, que construiu com o próprio esforço esta empresa. Nossa campanha visa demonstrar a cada brasileiro que ele deve orgulhar-se, e não se envergonhar desta empresa, e que precisa ajudar a defendê-la.

Classe: Sucessivos integrantes do governo Collor têm defendido o fim do monopólio estatal do petróleo. Além do próprio Presidente, a ministra da Economia e agora o novo presidente da Petrobrás insistiram nesta tese. Como vocês avaliam isso?

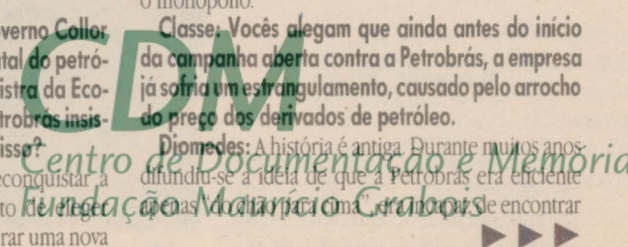
Diomedes: O povo brasileiro, ao reconquistar a democracia, alcançou também o direito de participar uma Assembléia Constituinte, e de elaborar uma nova

Constituição para o país. Por ampla maioria, a Constituinte decidiu manter o monopólio estatal do petróleo, executado pela Petrobrás. Os que querem agora rever esta decisão apresentam os mesmos argumentos que defendiam na Constituinte. Não acrescentaram nada de novo, são incapazes de demonstrar qualquer mudança na conjuntura nacional ou internacional que justifique alterar o posicionamento da Assembléia.

Mas o que mais causa revolta é a posição do governo. O presidente Fernando Collor, os ministros Osires Silva e Zélia Cardoso, todos eles juraram obediência à Constituição. No entanto, o posicionamento deles, que aliás repete opiniões amplamente propagandeadas pela imprensa, equivale a uma autêntica campanha contra dispositivos da Carta Magna. É inteiramente despropositado, seria o mesmo que o ministro da Justiça começar a defender o fim dos artigos da Constituição que criminalizam o preconceito racial. Há um desrespeito dos membros do governo, portanto, quando procuram induzir a opinião pública contra o monopólio.

Classe: Vocês alegam que ainda antes do início da campanha aberta contra a Petrobrás, a empresa já sofria um estrangulamento, causado pelo arrocho do preço dos derivados de petróleo.

Diomedes: A história é antiga. Durante muitos anos difundiu-se a idéia de que a Petrobrás era eficiente e que as autoridades brasileiras poderiam encontrar





e extrair o óleo. Isso foi inteiramente desmentido quando elevamos rapidamente a produção e encontramos petróleo em áreas que haviam sido prospectadas inutilmente pelas companhias estrangeiras.

A partir da gestão do ministro Francisco Dornelles, no governo Sarney, a campanha contra a Petrobrás tem se utilizado de uma arma mais terrível contra a empresa: seu estrangulamento financeiro. Não estamos defendendo nem mesmo a concessão de recursos do Tesouro na companhia. Mas o povo brasileiro não pode permitir que ela seja inviabilizada, por ser obrigada a vender seus produtos a um preço inferior ao próprio custo de produção.

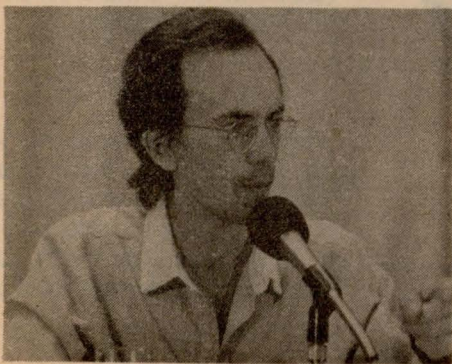
O governo Collor tem se apresentado como um defensor intransigente dos "mecanismos de mercado". Se isso fosse praticado em relação à Petrobrás, a empresa deveria receber atualmente cerca de 30 dólares por barril de petróleo, como ocorre com todas as demais companhias petrolíferas do mundo. No entanto, ela é obrigada a vender internamente cada barril a 16 dólares. A situação é tão absurda que isto ocorre não apenas com a produção nacional, mas também com o petróleo que compramos no exterior, o que gera uma situação financeira cada vez mais insustentável.

Teoricamente, e também para efeitos contábeis, esta diferença deveria ser compensada através da chamada "conta petróleo" do Tesouro Nacional. No entanto, este dinheiro não chega na prática à companhia, ou chega com muito atraso. E surge então um quadro esdrúxulo. Os balanços da Petrobrás registram costumeiramente lucro, mas a empresa tem uma conta "a receber" que não é paga, e que a coloca em dificuldades crescentes. A consequência mais grave é a quebra dos investimentos em prospecção de petróleo, que adia indefinidamente os planos concretos da empresa para alcançar a autosuficiência no produto. Mas além disso sobrevém o cancelamento de encomendas à indústria nacional. Duas das grandes empresas que pediram concordata nos últimos dias — Jaraguá e Pêrsico Pizzamiglio — são fornecedoras de bens de capital e insumos para a Petrobrás, e tiveram muitos pedidos suspensos recentemente.

Classe: Desde o início do governo Collor parece ter surgido um problema adicional: a dispensa em massa de funcionários, determinada pela política de esvaziamento do setor público. Quais as consequências das demissões para a Petrobrás?

Diomedes: A Petrobrás tem uma política muito criteriosa de seleção. Nenhum de seus funcionários ingressa na empresa sem concurso, e mesmo após a aprovação há, em muitos casos, a exigência de frequentar cursos de especialização, em que um desempenho abaixo do esperado resulta em dispensa. Ainda assim, não somos, evidentemente, a favor de uma política irresponsável de pessoal. Se há indivíduos relapsos, por exemplo, eles são demitidos como em qualquer outra empresa.

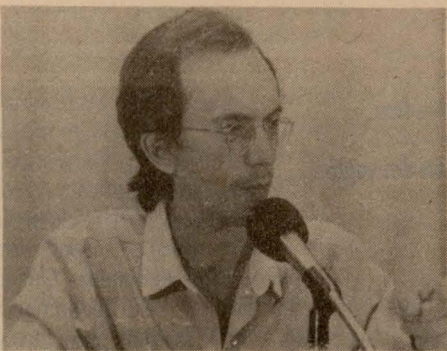
Mas não podemos concordar com demissões em massa, sem critério, apenas para satisfazer metas fixadas arbitrariamente pelo governo. Ninguém pode ficar calado diante de uma determinação tipo: "Vocês têm de demitir 17 mil pessoas, não importa por quê, descubram 17 mil pessoas". Não existe companhia nenhuma no mundo que resista a uma política assim.



Concretamente, desde o início do governo Collor, em torno de 6 mil pessoas foram demitidas ou aposentadas na Petrobrás. Nós condenamos expressamente esta atitude.

Classe: O próprio programa de privatização do governo Collor é outro fator que interfere diretamente no desempenho da empresa. Ao anunciá-lo, o Palácio do Planalto comunicou que entre as primeiras companhias a serem transferidas à iniciativa privada estão as subsidiárias da Petrobrás ligadas aos setores de fertilizantes e petroquímica. Quais as consequências que esta operação pode trazer ao país?

Diomedes: Tanto a petroquímica quanto o setor de fertilizantes foram montados pela Petrobrás. Ela investiu, montou as empresas, enfrentou resistência, associou-se a empresas nacionais e estrangeiras em condições desvantajosas, realizou enfim o esforço fundamental para que o país passasse a dominar estes dois ramos importantíssimos da indústria moderna.



Isso deveria trazer, em contrapartida, um ganho estratégico para a própria Petrobrás. Todas as grandes empresas de petróleo do mundo têm, atualmente, um "braço" petroquímico, e amplos investimentos no setor de fertilizantes. Elas procuram diversificar ao máximo suas atividades. Além disso, em todo o mundo, a petroquímica e a produção de fertilizantes são dominadas ou por multinacionais gigantes ou por empresas estatais — são necessários fortes investimentos e só o Estado tem condições de competir com a multís. Portanto, estamos diante de um dilema. A saída da Petrobrás destes dois ramos significará sua entrega às empresas estrangeiras, sua desnacionalização completa.

Classe: Pressionada por uma ampla gama de dificuldades, a Petrobrás tem sido especialmente atacada, em especial pelos jornais conservadores, por ter realizado recentemente operações de compra da dívida externa brasileira no mercado secundário. Os ganhos alcançados nestas operações teriam sido usados para minimizar as dificuldades financeiras da empresa. Como você analisa o episódio?

Diomedes: A Petrobrás não quer se transformar numa empresa de transações financeiras, ela não aspira ao direito de realizar estas operações. Ela reivindica simplesmente que se cumpra o decreto 61, de 1966, que manda pagar à empresa, por barril de petróleo, o mesmo que custa o produto no mercado internacional. Não se trata de um dispositivo de índole nacionalista. Foi redigido pelo marechal Castello Branco, e pelo então ministro Roberto Campos, com a nítida finalidade de impedir que a empresa ganhasse um único cent de dólar em suas compras externas de combustível. Ora, se ela não pode ganhar, é evidente também que não deve perder dinheiro ao comprar petróleo estrangeiro. As operações com títulos da dívida foram uma espécie de compensação para os constantes prejuízos que a empresa vinha sofrendo. Não foram de iniciativa dos dirigentes da Petrobrás. Foram autorizadas diretamente pela ministra Zélia Cardoso, que confirmou seu aval à operação em depoimentos ao Congresso Nacional, que está gravado em fita de vídeo em nosso poder. A ministra fez isso porque se recusava a corrigir os preços pagos à Petrobrás pelo óleo, e porque a empresa estava na iminência de interromper suas compras do produto no interior, o que causaria a curto prazo uma crise no abastecimento interno de derivados. Apesar de conhecer em



detalhes a história, parte da imprensa teima em nos apresentar como os vilões do caso.

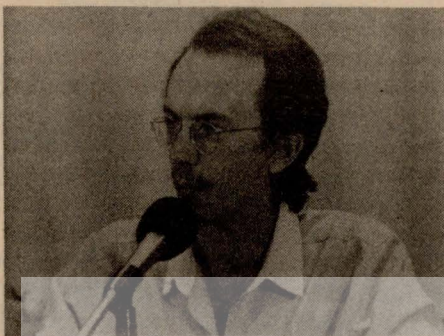
Classe: A consequência deste estrangulamento múltiplo tem sido o atraso no programa de investimentos em pesquisa de petróleo da empresa, que visava alcançar em alguns anos a auto-suficiência em petróleo. Gostaria que você narrasse a trajetória deste plano, seus êxitos e seu posterior arrefecimento.

Diomedes: A primeira crise do petróleo, no início da década de 70, deixou claro que o país não poderia ficar vulnerável ao produto importado, que era necessário acelerar os esforços de pesquisa e prospecção. Os investimentos maciços feitos a partir de então foram prontamente recompensados. Passamos de 170 mil barris por dia, que produzíamos até meados da década de 70, para 500 mil barris por dia, em 85, e para 670 mil barris hoje. Há alguns anos, no entanto, os gastos foram sensivelmente reduzidos, com resultados desastrosos para o país. O PASP — Plano de Ação no Setor de Petróleo —, elaborado no governo passado, previa já para 93 a produção de 1 milhão de barris ao dia, e auto-suficiência em 95, quando estaríamos produzindo 1,5 milhão de barris/dia. Ao assumir, o primeiro presidente da empresa no governo Collor, Luiz Otávio Motta Veiga, postergou a meta de 1 milhão de barris para 95 e adiou os planos de auto-suficiência para o ano 2000. Porém, até agora nem mesmo esta projeção foi endossada pelo Palácio do Planalto.

É preciso dizer que a empresa não reivindicava nenhum recurso extra do Tesouro Nacional para atingir tais objetivos. Os investimentos seriam custeados pela adoção de uma política de realidade tarifária e por empréstimos feitos, assumidos e posteriormente quitados pela própria Petrobrás.

Classe: Eduardo Teixeira, o novo presidente da Petrobrás, mencionou em seu discurso de posse a hipótese de concentrar os esforços de prospecção não no Brasil, mas em contratos de risco firmados entre a empresa e outras nações. Como vocês vêem esta possibilidade?

Diomedes: Nós opinamos que o esforço fundamental de extração de petróleo deve ser realizado aqui mesmo, no Brasil. Não excluímos a possibilidade de acordos que não permitam obter receitas comple-



mentares, ou o acesso a outras tecnologias. Mas a Petrobrás deve pesquisar essencialmente o subsolo brasileiro.

Primeiro, porque é inconcebível concentrar investimentos no exterior quando há desemprego no Brasil, parte da população chega a passar fome e há jazidas descobertas, com potencial produtivo plenamente viável e ainda inexploradas. Segundo, porque a ação

da Petrobrás em outros países está sempre condicionada por situações políticas que não são as nossas. Há alguns anos, por exemplo, a empresa descobriu o campo gigante de Megium, no Iraque. Ao tomar conhecimento do volume de petróleo lá existente, contudo, o governo iraquiano rompeu os acordos que havia firmado conosco, alegando que não poderia entregar a uma empresa estrangeira um campo petrolífero daquelas dimensões. Nós achamos, inclusive, que é uma postura que não pode ser condenada, já que se tratava de um país que estava defendendo sua soberania nacional... O difícil é entender por que concentrar esforços no exterior, onde há uma série de circunstâncias que fogem ao nosso controle, e ao mesmo tempo propor o fim do monopólio estatal no Brasil, onde a Petrobrás mostrou plena capacidade de sucesso.

Classe: Luiz Motta Veiga, o ex-presidente da Petrobrás, assumiu a empresa disposto a aplicar integralmente a política do governo Collor. Ao se demitir, contudo, fez denúncias importantes, que ajudam a desmascarar os planos de enfraquecimento contínuo da empresa, e de usá-la para favorecer interesses privados. Como a Aepet vê esta evolução?

Diomedes: Nós tivemos ocasião de manifestar pessoalmente ao presidente Motta Veiga nossas divergências em relação a ele. Ele acreditava, por exemplo, que a Petrobrás deveria abrir mão do monopólio, privatizar várias de suas subsidiárias, posições às quais somos contrários. Além disso, ele executou o plano de demissão de funcionários definido pelo governo.

No entanto, nós fizemos questão de elogiar o comportamento digno do Motta Veiga ao se demitir. Ele destacou que não queria ser o covetor da Petrobrás, e reconheceu que o governo não criava as mínimas condições para a gestão da empresa. Também colocou a nu, como é sabido, as gestões que estavam sendo desenvolvidas pelo tesoureiro da campanha de Collor, o "PC", e pelo cunhado e secretário particular do Presidente, embaixador Marcos Coimbra, para induzir o presidente à Petrobrás a fechar negócios que eram danosos aos interesses financeiros da companhia. Nós não poderíamos deixar de aplaudir este gesto.

Classe: No plano econômico, o governo Collor se caracteriza por uma ação que golpeia ao mesmo tempo as conquistas dos trabalhadores e os interesses nacionais. É o governo que promove um arrocho sem qualquer precedente na história do País, e que ao mesmo tempo procura impor a privatização em massa das estatais e a internacionalização ainda mais completa de nossa economia. Não está na hora de promover uma articulação mais sólida entre os movimentos que procuram defender os interesses dos trabalhadores e as campanhas em defesa do patrimônio estatal e da soberania do país?

Diomedes: Nós achamos que os sindicatos, e mesmo as centrais sindicais, ainda não compreenderam plenamente a gravidade do momento político vivido pelo país. Não perceberam, por exemplo, as consequências que podem advir da aplicação da lei de privatizações. Ela já está em vigor. Foi apresentada através de medida provisória. O Congresso a aprovou com emendas, tímidas, mas mesmo estas foram vetadas pelo presidente da República. A lei em vigor dá ao Presidente poderes imperiais para promover a privatização. O Congresso só é consultado se houver interesse do Executivo em permitir que o capital estrangeiro assumira mais de 40% das ações das empresas postas à venda.

Este atentado aos interesses nacionais só pode ser freado com mobilização popular. Nós estamos conclamando os sindicatos e estudar mais detidamente o problema. Há um patrimônio construído pelos trabalhadores com muito esforço, que precisa ser defendido com urgência, antes que seja sucateado. Se estamos relançando uma campanha semelhante à do "petróleo e o povo", precisamos também que uma vez esclarecido o respeito da batalha política que se trava hoje no país, o povo irá se colocar do lado certo.

Privatização da Petrofértil fere os interesses nacionais

Frederico Romão*

O governo planeja a venda de uma empresa que tem importância estratégica no desenvolvimento do país e chegou a conquistar a auto-suficiência do país na produção de combustíveis; mas que, uma vez privatizada, passará provavelmente ao controle do capital estrangeiro.

til, subsidiária da Petrobrás. Os militantes progressistas precisam conhecer a história da empresa e os interesses que estão envolvidos na tentativa de desestatizá-la.

Criado em 1976, grupo controla cinco companhias e participa de outras três

Assistimos hoje ao acirramento da campanha contra as empresas estatais. O governo federal responsabiliza estas empresas pelo déficit público após usar seus recursos e desviar seus objetivos, de forma sistemática, para beneficiar interesses privados. Esta campanha usa todos os meios possíveis, na tentativa de jogar a opinião pública contra empresas que são essenciais ao desenvolvimento nacional. Nesta saga entreguista está incluída a privatização do setor de fertilizantes, hoje controlado pela Petrofér-

A origem da Petrofértil está diretamente ligada ao Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola, PNFA — pelo qual foram estabelecidas, em 1974, metas para a produção de insumos básicos para a agricultura a partir das matérias-primas disponíveis no país, como gás natural, gás residual de refinaria e resíduo perian-primas, fertilizantes nitroge-

sado da destilação à vácuo. Criada em 1976, a Petrofértil é uma holding que detém participação majoritária em cinco empresas produtoras de maté-

Papel dos fertilizantes fica claro ao comparar desempenho agrícola das regiões

dos e fosfatados. São elas: Ultrafértil, Nitrofértil, Fosfértil, ICC e Goiásfértil. Participa ainda, minoritariamente, em três empresas coligadas: Aráfértil, Indag e CRN. Tem um patrimônio avaliado em Cr\$ 22.286.292 mil a preços de dezembro de 1989, o que equivale a US\$1,992 bilhão. O faturamento bruto do grupo no ano passado alcançou 759 milhões de dólares.

A criação da Petrofértil se deu em função, primeiro, da ideia de utilizar

Sem incentivos, país poderia importar, em 95, US\$ 1 bi do produto

o gás natural e gás residual de refinaria sobrando da Petrobrás. Além disso, visava substituir importações, o que implicou significativa economia de divisas. Desde o início ficou claro que só o capital estatal podia levar adiante o empreendimento. Quando a Ultrafértil e a ICC quebraram na década de 70, nenhum grupo privado participou sequer da licitação pública para adquiri-las. Já era evidente a falta de atratividade do setor para as empresas particulares, tendo em vista que os parques produtivos das companhias de fertilizantes implicam elevados investimentos e taxas de retorno modestas, quando comparadas com outros segmentos da economia. Pouco atraente do ponto de vista dos inte-

resses imediatos de mercado, o setor é, contudo, estratégico para o desenvolvimento do país.

O Brasil tem historicamente grandes problemas na zona rural, pois a concentração de terras é muito grande, o uso de tecnologia é bastante inferior ao de países desenvolvidos e não existe uma política agrícola voltada para os pequenos e médios produtores.

Em 1970, o Nordeste respondia por 21% do PIB agropecuário brasileiro e abrigava 43% da mão-de-obra rural do país. Em 1980, a primeira taxa recuou para 19,4%, enquanto a segunda avançou para 44%. Uma relação perversa, portanto, que evidencia redução adicional da produtividade, com avanço da pobreza no campo.

A partir de 82, Estado passou a sufocar empresa em benefício de particulares

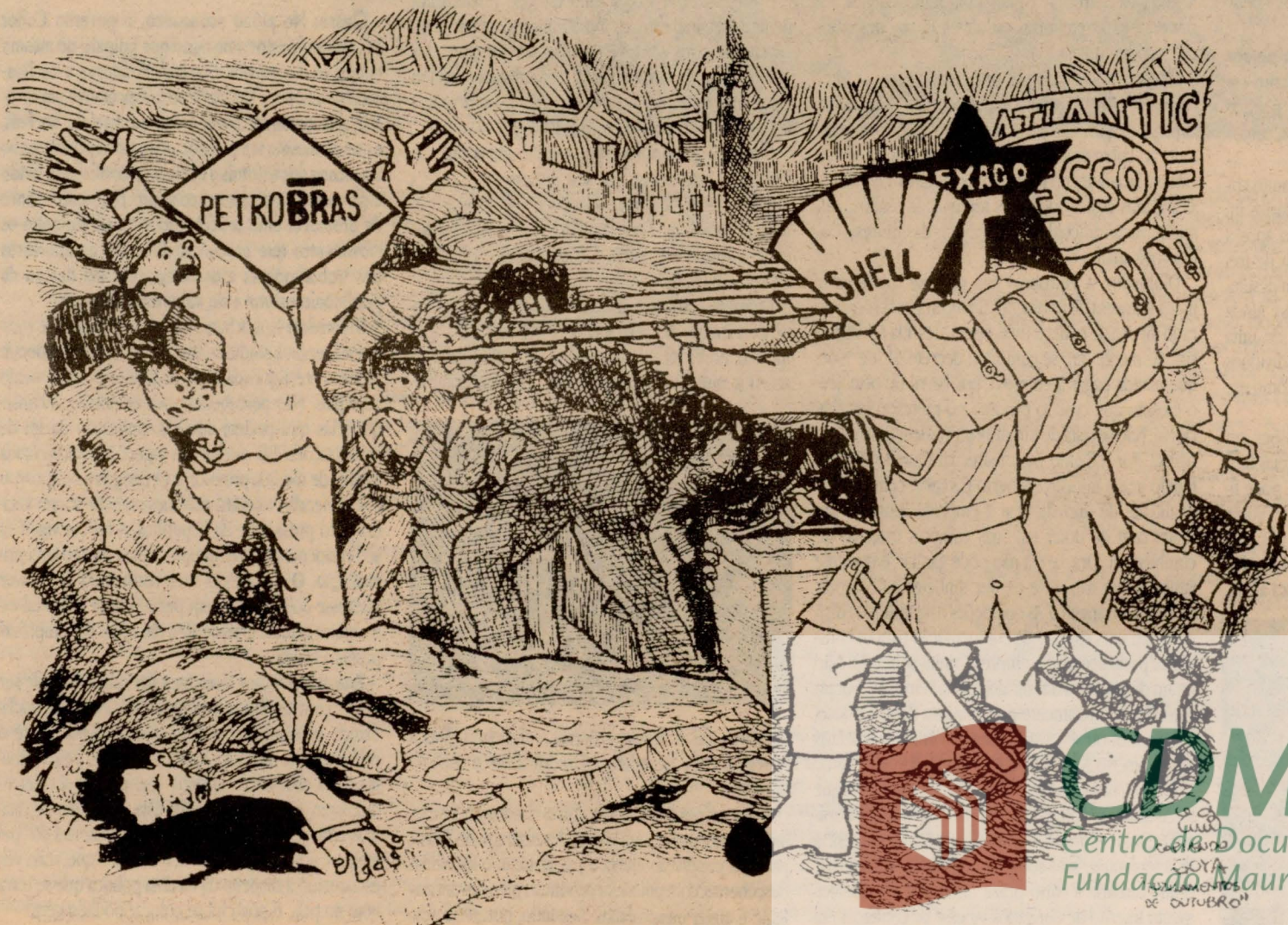
A estagnação das regiões Sul e Sudeste é outro ponto que merece atenção. Em 1970, essas regiões respondiam por 67% do PIB agropecuário, ocupando pouco mais de 46% da mão-de-obra rural do país. As evidências recentes são de que o pessoal ocupado continua girando em torno de 40% do total, mas a participação no produto global caiu abaixo dos 60%, num claro indicio de perda de dinamismo.

Com relação à taxa de aplicação de nutrientes, o Brasil se situa muito abaixo dos países desenvolvidos:

	* NPK (Kg/ha)
Brasil	38
USA	87
França	300
Média Europa	225

* Fertilizantes Nitrogenados, Fosfatados e Potássicos misturados.

Projeta-se um aumento para os próximos anos de 35 Kg por hectare para 45Kg/ha, em função da exaustão dos solos e da evolução dos tratamentos culturais. Este acréscimo de 18,42% no consumo de NPK corresponderá a



um aumento no consumo de fertilizantes da ordem de 2 milhões de toneladas por ano.

O crescimento da demanda de fertilizantes e suas matérias-primas, que já vem se verificando desde 1986 sem o correspondente aumento da oferta interna, levou o país a retornar à condição de um dos maiores importadores mundiais desses produtos. É importante salientar que a criação do Grupo Petrofertil assegurou ao Brasil, durante alguns anos, a auto-suficiência em fertilizantes.

Petrofertil corre o risco e produz; "misturadoras" vendem, com enorme lucro. Se prevalecer avaliação de Modiano, empresa será vendida por 35% do que vale

Esta situação tende a se agravar. Na hipótese de não ser instalado, em futuro próximo, nenhum novo projeto para a produção de fertilizantes, a tendência para 1995 é de importações de cerca de US\$1 bilhão. A situação será ainda mais crítica se for registrado um maior crescimento agrícola, ocasionado pelo aumento da produtividade nas áreas atualmente em cultivo ou pela incorporação de 4,5 milhões de hectares atualmente improdutivos.

Vários organismos internacionais, entre os quais a FAO, e nacionais — com destaque para a Embrapa — consideram que o fertilizante é responsável por 50% dos incrementos de produtividade obtidos com o uso de tecnologia moderna e que uma tonelada do produto é capaz de produzir 10 toneladas de grãos. Portanto, ao invés de prosseguir em sua política entreguista, seria necessário que o governo desse ao Grupo Petrofertil condições de continuar seus investimentos, como a conclusão da nova fábrica de amônia e uréia de Sergipe, para que o país possa voltar a ser auto-suficiente no setor.

Os problemas do Grupo Petrofertil iniciaram-se a partir de 1982, quando o então presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki, interessado em satisfazer o empresariado privado do setor de fertilizantes, retirou as empresas do Grupo Petrofertil do setor de comercialização. A partir daquela época as empresas do grupo não poderiam mais vender os seus produtos diretamente aos agricultores, passando esta atribuição ao setor privado. Logo iniciava-se o processo de dilapidação da Petrofertil, pois suas empresas iriam arcar com todo o custo e risco da produção para em seguida venderem aos donos das misturadoras (Manah, Solorrico, Trevo, etc), a preço nor-



Lavoura de soja, Rio Grande do Sul. Basta comparar a produtividade em distintas regiões do país para comprovar o papel fundamental dos fertilizantes no desenvolvimento agrícola.

malmente controlado. Estes, por sua vez, simplesmente misturam e repassam aos agricultores o produto final, com preços livres de controle, e incomparavelmente acima dos que seriam praticados pela Petrofertil caso pudesse vender ao agricultor diretamente.

A rentabilidade do grupo Petrofertil é relativamente baixa porque o setor de fertilizantes é afetado mundialmente pela sazonalidade da atividade agrícola. No Brasil, as empresas do grupo arcam em especial com pesado custo: trabalham com elevado fator de utilização no primeiro semestre para apenas venderem no segundo, carregando altos custos de armazenagem e transporte de produtos, e ainda os custos financeiros e do capital de giro para sua manutenção no período de baixa sazonalidade.

Em todo o mundo, 50 a 70% da produção de fertilizantes estão nas mãos das estatais

É preciso também destacar a queda dos preços dos produtos fertilizantes ao longo do tempo, queda que também se verificou nos preços internacionais de alguns produtos e comprova a baixa rentabilidade do setor em termos mundiais. No caso da Petrofertil, o problema foi agravado durante os últimos dez anos pela política de preços públicos do governo, submetida ao controle do CIP. A depreciação de preços resultou em

transferência real de recursos para as grandes empresas do setor de fertilizantes, sendo esta uma das causas da perda de patrimônio das empresas do grupo.

Privatização levará a alta de preços, e à concessão de subsídios

É certamente por conhecer esta realidade que o governo, ao invés de criar condições melhores para a operação estratégica da Petrofertil, procura oferecê-la ao setor privado em condições de ultra-favorecimento e de prejuízos dramáticos para o patrimônio público. Em entrevista ao "Jornal do Brasil" em 25/5, o presidente da Comissão Nacional de Desestatização, Eduardo Modiano, avaliou o patrimônio das empresas do Grupo Petrofertil em US\$ 753 milhões assim distribuídos: Fosfertil US\$ 275 milhões, Goiasfertil US\$ 59 milhões, Nitrofertil US\$ 150 milhões, ICC US\$ 47 milhões e a Ultrafertil US\$ 222 milhões. Os números contrastam frontalmente com os dados da Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobrás), que avaliam as empresas em US\$ 2 bilhões, assim divididos: Fosfertil US\$ 484 milhões, Goiasfertil US\$ 101,4 milhões, Nitrofertil US\$ 557 milhões, ICC US\$ 132,4 milhões e a Ultrafertil US\$ 819,4 milhões, sendo estes números de dezembro de 1989.

Muito mais danoso aos interesses nacionais que a provável subavaliação

do patrimônio público é contudo o prejuízo causado pela perda de controle sobre um setor estratégico para nossa economia.

Fertilizante significa mais alimento por área plantada. O preço do fertilizante é fator fundamental para baratear o alimento. Neste sentido, apenas empresas que não tenham como objetivo alta lucratividade podem praticar preços adequados. Isto explica porque hoje 50 a 75% da produção de fertilizantes no mundo estão nas mãos do Estado.

O Grupo Petrofertil forma uma estrutura de produção e comercialização não cartelizada, garantindo o abastecimento do mercado de fertilizantes básicos, possibilitando um tratamento igualitário a centenas de micro e pequenos empresários misturadores, evitando assim a formação de cartéis e a criação de oligopólios na produção e comercialização de fertilizantes mistos.

Com a privatização, os empresários, que evidentemente não aceitam trabalhar com taxas de lucro baixas, teriam duas opções: desviar a produção para o setor químico ou ter seus preços subsidiados pelo governo; a primeira opção acarretaria a necessidade do aumento de importações de fertilizantes básicos, consumindo divisas e vulnerabilizando o setor; a segunda provocaria um ônus pesado para o Tesouro Nacional.

A produção de fertilizantes básicos necessita de investimentos altos e tem faturamento relativamente baixo, por isso o setor privado não tem interesse de construir suas próprias fábricas. Ao contrário, preferir investir em

campanhas que facilitem um processo de privatização, onde o governo deverá vender as empresas por uma pequena parte do valor real, além de facilitar a compra com juros especiais. Caso as empresas sejam vendidas pelo valor real, o setor privado nacional não terá condições de concorrer com as multinacionais, representando um risco ainda maior para a política de desenvolvimento agrícola e a soberania nacional.

Empresas serão entregues com prejuízos financeiros, ou transferidas às multís

Finalmente é preciso destacar que, ao contrário da iniciativa privada, voltada essencialmente para obter lucros, as empresas estatais têm como subproduto alguns elementos importantes para o nosso desenvolvimento social e tecnológico: contribuem para o desenvolvimento das regiões onde estão implantadas; transferem tecnologia constante e livremente para as empresas nacionais; promovem o desenvolvimento das indústrias nacionais de bens de capital, através da nacionalização de equipamentos; financiam pesquisa e formam pessoal qualificado, tornando-se a principal fonte de mão-de-obra especializada do país. Tudo isso estará em risco se o governo Collor puder levar adiante a privatização da Petrofertil.

Diretor do Sindicato de Sergipe, coordenador da Corrente Sindical Classista no Estado e colaborador da Classe

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Memória Grubois

URSS: crise se agrava e coloca Gorbachev sob encruzilhada

Enquanto trafega pela Europa com o pires nas mãos à cata de dólares para financiar sua combatida **perestroika**, o líder soviético Mikhail Gorbachev continua amargando uma crescente perda de credibilidade no interior do país. Uma recente pesquisa encomendada pelo Centro Sindical de Opinião Pública revela que apenas 6% dos cidadãos soviéticos depositam esperanças no governo e apoiam Gorbachev, enquanto mais da metade de da população não tem qualquer confiança nele e em outras autoridades.

Este é o mais alto índice de impopularidade atingido por Mikhail Gorbachev desde o início da **perestroika**, em 1985, conforme comentou a agência de notícias X "Infrefax". Os pesquisadores ouviram XX 1.356 pessoas em 11 diferentes regiões da União Soviética. "A sociedade está à beira da catástrofe", assinalou o chefe do PCUS em Moscou, Yuri Prokofiev.

O sistema agoniza

O prestígio do dirigente revisionista progride em proporção inversa à evolução da crise dentro da URSS cujo centro é a franca decomposição econômica do país, expressão da agonia do regime revisionista criado ao longo das três últimas décadas. A escassez de bens de consumo se agrava, a inflação avança, o desemprego cresce, o descontentamento popular torna-se cada dia mais generalizado.

O ambiente de dificuldades, explorado pelas novas castas e interesses sociais impulsionados pela **perestroika**, tem fecundado também os conflitos étnicos, rivalidades mesquinhas entre as diferentes nacionalidades, ao lado de um justificado ódio contra o domínio russo — econômico, político e cultural — sobre as repúblicas que compõem a URSS.

Nada menos que 14 das 15 repúblicas soviéticas já manifestaram interesses separatistas e votaram, com maior ou menor grau de radicalidade, leis que objetivam garantir suas respectivas soberanias e supremacia sobre as ordens provenientes de Moscou — inclusive as duas maiores, Rússia e Ucrânia. Há alguns meses críticos de Gorbachev, um tanto cáusticos, previram que o imperador de Moscou poderia ter seu reino reduzido a uma meia dúzia de repúblicas asiáticas, mas hoje esta perspectiva já parece demasiadamente otimista.

Autoridade em queda

A história da desagregação da URSS (talvez seja mais apropriada a expressão império russo) é um espetáculo que ainda está sendo encenado, não se consumou, sua marcha no entanto é nítida e a cada dia torna-se menos provável que venha a ser refreada. Um dos seus efeitos mais notáveis é a queda não só do prestígio mas igualmente da autoridade moral e política do Kremlin.

Embora Gorbachev tenha tido seus poderes presidenciais extraordinariamente aumentados pelo parlamento soviético, transformando-se numa espécie de imperador, e recorra cada vez mais a decretos-leis como meio de governar, grande parte de suas ordens são simplesmente ignoradas pelas repúblicas, como foi o caso do decreto sobre o desarmamento das milícias e, mais recentemente, as medidas relacionadas ao plano de reestruturação econômica, contestadas de forma aberta entre outros pelo presidente da Rússia Boris Yeltsin.

Diariamente surgem novidades vinculadas aos conflitos étnicos. Na Ucrânia, o parlamento acaba de aprovar uma lei segundo a qual os jovens nascidos na república não precisarão servir o Exército Soviético em outras localidades do país. Sob pressão popular, a instituição também decidiu rejeitar o Novo Tratado da União proposto por Gorbachev e destituir o primeiro-ministro Vitali Masol, ligado ao esquema revisionista e à **perestroika**. Na Moldávia tropas soviéticas foram acionadas para reprimir desavenças entre turcos e romenos. Os armênios prosseguem brigando com azerbaijanos. Na Geórgia, os nacionalistas abocanharam 65% dos votos nas eleições parlamentares realizadas dia 28, impondo uma humilhante derrota aos concorrentes pelo partido revisionista (PCUS).

Golpe militar?

Gorbachev não poderia deixar de sentir tais golpes, mas o campo para suas manobras vem se estreitando perigosamente. Em recente reunião com 2.500 sindicalistas (lideranças dos sindicatos oficiais, apelegados), o líder revisionista apelou por um apoio mais decidido ao seu governo, argumentando que a desintegração da federação, em curso, constitui "o maior perigo", pode levar o país a "um beco sem saída" e ameaçou inclusive com o fantasma de um golpe



militar, hipótese que tem sido levantada com crescente frequência no país.

Embora comungue com outras lideranças do país objetivos semelhantes em última instância, e se oriente pela mesma ideologia, burguesa, Gorbachev está a cada dia mais só e isolado com uma camada de burocratas provenientes do PCUS. A prudência e um apurado senso de oportunidade levam novos líderes como Boris Yeltsin e o prefeito de Lenigrado Anatoly Sobchak a farejarem numa hipotética aproximação com o governo Gorbachev o contágio do descrédito. De fato, a popularidade de que tanto Yeltsin quanto Sobchak desfrutam atualmente, segundo os institutos de pesquisas, deve-se exclusivamente ao papel que desempenham na oposição ao desmoralizado governo central. Daí porque, apensar dos acenos e apelos de Gorbachev, ele continuaram na cômoda posição de adversários da **perestroika**.

Solução miserável

Constituindo o capítulo final da transição do país ao capitalismo, a rigor iniciada na segunda metade da

década de 50, a **perestroika** traduz forçosamente todas as misérias e a mesquinhaz de tal movimento dentro da história, que se desenvolve em meio a terríveis contradições. Os cinco anos da política econômica adotada pelo governo Gorbachev não acarretaram qualquer progresso econômico mas estagnação e vários indicadores de desgraça social — como a elevação do número de pobres, o flagelo do desemprego e o crescimento da criminalidade.

O processo, porém, está em curso e, bem ao contrário das promessas de Gorbachev e outras lideranças revisionistas, tende a ser ainda mais doloroso do que tem sido até o momento. A reunião entre o chefe do Kremlin e os sindicalistas é emblemática neste sentido. Pede-se aos trabalhadores o apoio a uma plano econômica que, junto com a instituição de um sistema nitidamente capitalista, produzirá falências em massa, desemprego de cerca de 20 milhões de operários e funcionários e, evidentemente, uma concentração ainda maior da renda. Isto sem falar na desnacionalização, ressurreição dos kulaks e japoneses aburguesados — já conhecidos no campo e na manutenção de

uma união artificial entre as repúblicas que hoje já está exigindo o recurso às práticas **czaristas** como a promoção de **progoms** (massacres) e outras.

Ao analisar o passeio de Gorbachev pela Europa e seus comovescentes apelos por empréstimos, um comentarista observou que ele mais parecia um ministro da Economia de algum país dependente às voltas com uma grande dívida externa. É patético, mas não está longe da verdade. A Espanha prometeu 1,5 bilhão de dólares, a França US\$ 1 bilhão. Negociando com manha a diplomacia soviética nos encontros 2 mais 4 que avalizaram a reunificação das Alemanhas, ele já havia obtido cerca de 8 bilhões de dólares da então Alemanha Ocidental.

E, finalmente, no dia 26 baixou um decreto altamente liberal sobre capital estrangeiro na URSS, prevendo que estes poderão possuir até 100% do controle acionário de empresas em território soviético, remeter lucros para o exterior livremente, ao mesmo tempo em que promovia uma desvalorização do rublo em mais de 200%. "Investimentos estrangeiros em território soviético terão proteção legal e suas condições não podem ser menos favoráveis do que as já existentes para companhias, organizações e cidadãos soviéticos", decretou.

Obviamente tudo isto é feito em nome do progresso das forças produtivas. Contraposta ao defunto modelo econômico revisionista a proposta do líder soviético parece fazer sentido e não é improvável que o afluxo de capital estrangeiro inclusive venha a provocar um pequeno e passageiro alívio nas finanças do país. Entretanto, a história já está a evidenciar que tal movimento nada tem de progressista. A reincorporação não só da URSS mas de todo o Leste europeu à lógica do imperialismo se completa num momento de extrema crise do capitalismo em todo o globo e, embora a curto prazo revigora o sistema do ponto de vista ideológico, tende a agravar as atuais contradições, ao demandar volumosos investimentos estrangeiros quando o parasitismo da economia norte-americana vem extorquindo o grosso dos excedentes disponíveis no mercado, restringindo a oferta de capitais e em boa medida determinando o rumo do fluxo financeiro internacional. Resta saber por quanto tempo os povos da região suportarão um sistema econômico que lhes estão sendo impostos por Gorbachev e companhia.

Golfo: a temperatura se eleva

A temperatura do conflito no Golfo Pérsico voltou a se elevar sensivelmente durante a última semana, depois que o governo norte-americano decidiu temperar sua habitual arrogância com novas ameaças contra o Iraque e discursos belicistas, reduzindo deliberadamente as margens para uma solução pacífica da crise.

No dia 31 de outubro o republicano George Bush resolveu encenar diante de jornalistas uma "crescente irritação" com a guerrinha de nervos movida contra Sadan Hussein e "impaciência" diante dos resultados do bloqueio econômico, que não foi suficiente "para forçar a desocupação do Kweir", acenando com a deflagração da guerra.

Pode ser que, conforme disseram seus adversários democratas, sua intenção tenha sido a de desviar a atenção dos eleitores americanos, que dia 6 elegem novos representantes para o Congresso e, insatisfeitos com a política econômica da Casa Branca, tendem a votar em massa nos candidatos do Partido Democrata.

Interesses inconfessáveis

Mas certamente o presidente tem se inspirado em outros interesses que raramente são explicitados de público. Tudo indica que predomina no governo o desejo de provocar a guerra, embora não sejam pequenas as dificuldades que têm sido interpostas a este caminho.

O secretário de Estado norte-americano, James Baker, antes de viajar pela Europa e Oriente Médio com a finalidade de convencer os aliados do imperialismo ianque da necessidade de apelar à opção militar, declarou que o governo em Washington já considera a guerra "inevitável". Os órgãos de imprensa do país têm divulgado editoriais e comentários com a mesma visão.

O coro guerreiro foi entoado também pelo comandante das forças britânicas, marechal Patrick Hine, para quem uma solução pacífica "é cada vez mais improvável" e pelo xeque Ahmed Yamani, ex-ministro da Energia da Arábia Saudita, que declarou: "a guerra está aí. Nós só não sabemos quando começa."

Tensão e lucros

É preciso ver, porém, que de imediato o aumento deliberado da tensão no Golfo visa também influenciar as oscilações nos preços do petróleo no mercado mundial. Tanto o xeque saudita, que mantém altos negócios com o óleo, quanto os representantes dos governos inglês e norte-americano são beneficiados pela alta dos preços,

no caso de Bush e Baker inclusive diretamente.

Como disse o empresário Mário Garnero em entrevista ao programa "Cara Cara" da TV Bandeirantes o conflito já está sendo um "grande e lucrativo negócio". Ao narrar uma conversa que teve nas altas rodas de Washington, animada conforme ele mesmo confessou por uma alta dose de cinismo, Garnero revelou a convicção da alta burguesia norte-americana de que os EUA têm sido, até o momento, os principais beneficiários do conflito.

Os texanos George Bush e James Baker, conforme o empresário brasileiro, estão lucrando diretamente, uma vez que ambos são vinculados à indústria petrolífera da região. No entanto, esta não é nem a única nem a principal fonte de rendas.

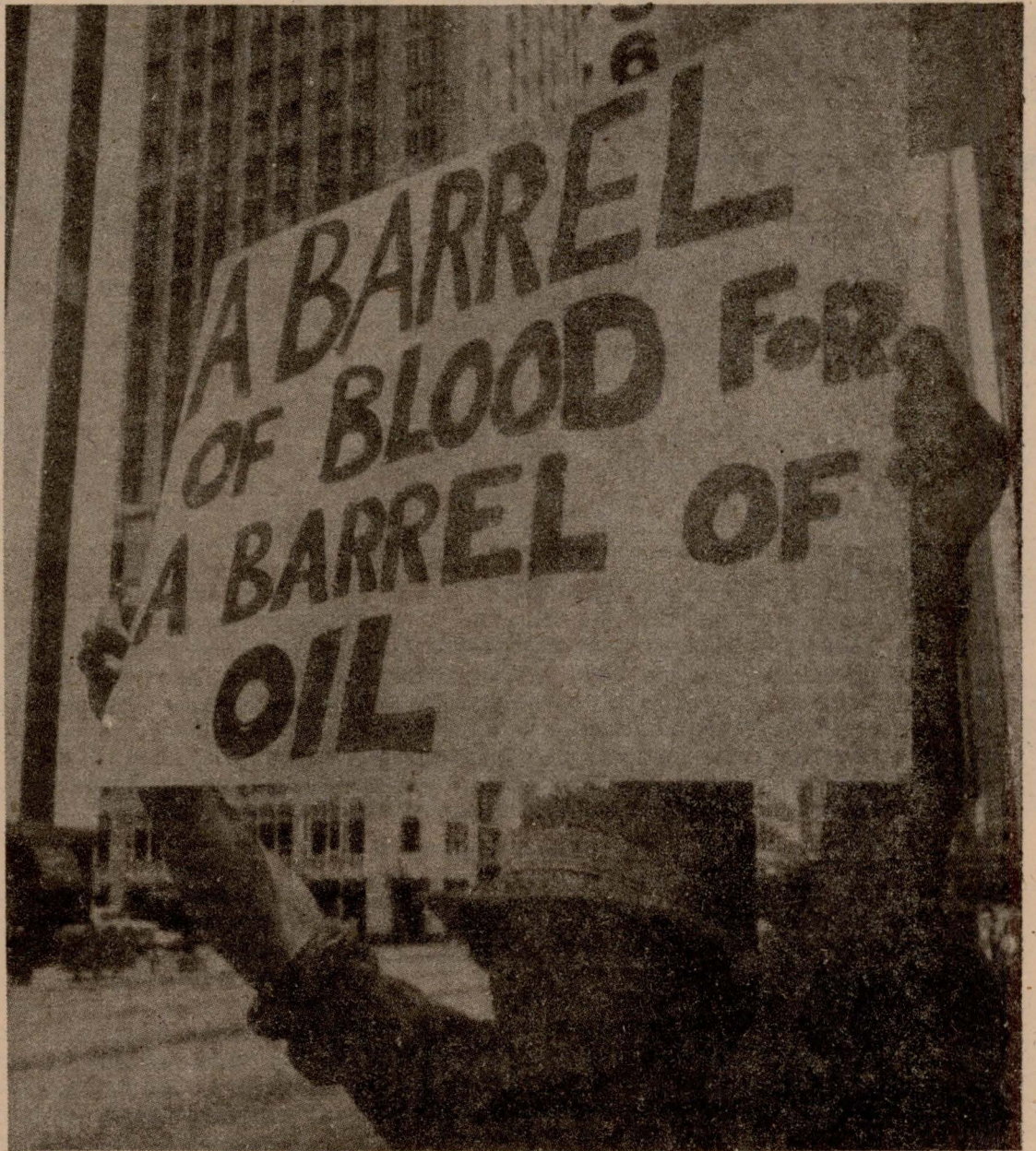
A Arábia Saudita está pagando cerca de 2 bilhões de dólares mensais para a manutenção das tropas americanas em seu próprio território. Além disso, fechou negócios bilionários com a indústria bélica dos Estados Unidos, que poderá vender armas e equipamentos militares no valor de 25 bilhões de dólares aos monarcas sauditas.

Cabe acrescentar que a apropriação dos excedentes originados da venda do petróleo da Arábia Saudita é feita, parcialmente, pelo consórcio anglo-americano que cuida da exploração e comercialização do produto arrancado àquele país. E, ainda, que mesmo boa parte dos lucros destinados à corrompida monarquia é devidamente reciclada para os cofres ocidentais — especialmente americanos — através das aplicações feitas pelos sauditas no sistema financeiro internacional.

Contradições

Assim, mesmo enquanto a guerra não é deflagrada, o aumento da tensão beneficia, e muito, os interesses norte-americanos e ingleses, que também tratam de utilizar o conflito como arma na luta contra outras potências, destacadamente Alemanha e Japão, altamente dependentes da importação do óleo árabe. Os custos maiores, naturalmente, serão pagos pelos países do chamado Terceiro Mundo.

Parcelas ponderáveis das classes dominantes ianques, fascinadas com as perspectivas da guerra, não estão contendo a impaciência nem mesmo em público. No entanto, a estratégia dos belicistas também se depara com crescentes dificuldades.



Americano protesta contra a posição dos EUA no conflito do Golfo, o cartaz sugere que não vale a pena trocar um barril de petróleo por outro de sangue

No próprio seio das classes dominantes norte-americanas são grandes as contradições de interesses sobre a solução mais rendosa para o conflito. E nem todos querem a guerra. Além disso, embalados pelo desprestígio crescente da administração Bush, as manifestações de massa a favor da paz estão se multiplicando no país, contando com a participação de milhares de pessoas.

Tais contradições se expressam igualmente na relação entre os poderes executivo e legislativo. Os congressistas, principalmente os parlamentares da oposição, exigem uma consulta prévia antes de qualquer iniciativa. Embora o Congresso tenha entrado em recesso, foi formado um grupo especial de 18 legisladores para acompanhar a crise. "Só o Congresso pode declarar guerra", disse o senador George Mitchel, do Partido Democrata, acrescentando: "O presidente não tem autoridade legal para pôr os Estados Unidos em guerra"

De fato, uma lei votada em 1973 prevê uma consulta prévia ao parlamento antes que seja tomada a opção militar.

Os problemas de Bush neste sentido não se resumem ao campo da política interna. Cresce a pressão por uma solução negociada por parte de alguns países europeus, à exceção da Inglaterra, e ainda da União Soviética, que vem tirando uma oportuna vantagem da crise, em função de sua condição de grande produtora e exportadora de petróleo. É bem provável que, uma vez deflagrada a guerra, a "unidade" entre os países imperialistas comece a ceder lugar à divisão.

Acrescentam-se a esses, problemas talvez mais sérios entre os próprios aliados árabes do imperialismo norte-americano. Dirigentes sauditas chegam a manifestar disposição de uma solução negociada, enquanto o líder da Síria, Hafez Assad, insiste em uma solução gradual, dispostos a negociar com Washington. Assad não está muito à von-

tade ao lado dos EUA, principalmente em função do agravamento do conflito entre palestinos e israelenses e a intenção da Casa Branca de reforçar a venda de armas aos judeus.

Uma autoridade síria declarou à repórter Lara Marlowe, do "Financial Times", que "os Estados Unidos ainda insistem que o Iraque devem se retirar do Kweir, mas agora estamos em desacordo sobre todas as outras coisas. Acreditamos que os americanos e seus aliados-ocidentais querem atacar o Iraque em breve, mas nós não combateremos contra os iraquianos. As relações entre a Síria e os Estados Unidos atingiram seu limite." A imprensa síria lançou uma ampla campanha contra o imperialismo ianque e o comando central da Frente Nacional Progressista, o mais alto órgão governamental do país, presidido por Assad, deverá se reunir e divulgar em breve um programa de desarmamento com Washington.

Pelo mundo

Por sugestão dos dirigentes da Alemanha, o projeto de unificação da Europa — a chamada Europa 92 — foi adiado para 1993. O plano enfrenta grandes contradições, em particular a posição da Inglaterra contra qualquer iniciativa mais séria de unificação, e isto porque a unidade implicaria sobretudo o fim da hegemonia norte-americana sobre o continente europeu. Uma retirada gradual dos norte-americanos parece inevitável, mas o imperialismo inglês tem se mantido sob o guarda-chuva dos EUA, daí sua posição. A Inglaterra, entretanto, ficou isolada na última reunião sobre os destinos da Europa. Também a União Soviética pretende algo mais amplo do que o que está sendo discutido — fala na constituição de uma "casa comum européia", incluindo, além de si própria, todo o Leste europeu.

A Rodada Uruguaia sobre o comércio exterior, nas reuniões do GATT, caminha para o fracasso. Um dos principais itens na pauta do encontro, a redução ou até eliminação dos subsídios à agricultura por parte dos países imperialistas, não parece solucionável, em função das posições contraditórias entre os diferentes parceiros reunidos pela entidade. Os ministros do Comércio Exterior e da Agricultura de 12 países membros da Comunidade Econômica Européia voltarão a reunir-se, nesses dias para tratar do tema, mas tanto a Alemanha quanto a França opõem-se energicamente ao corte de 30% dos subsídios agrícolas até 1996 em relação aos níveis de 86. O protecionismo tem aumentado nos últimos anos, o Japão também se recusa a eliminar os subsídios sobre a produção do arroz e as lideranças reunidas nesta Rodada no Uruguai alertam para o perigo de uma aprofundamento da crise econômica atual, embora corra no mundo a aparência de "desanuviamento", na verdade está em curso ventos tenebrosos.

A Suécia vai mal. O Estado de bem-estar social criado pelos social-democratas do país, ao que parece, está chegando ao fim. Os social-democratas suecos aderiram ao neoliberalismo em moda e prometem reduzir drasticamente os famosos sistema de previdência do país, dentro de um plano de redução do orçamento estatal, que, entre outras coisas, implica no corte de 10% do funcionalismo.

O governo da Hungria foi forçado a anular um aumento programado de 65% sobre os preços da gasolina, em função de greves e barricadas promovidas por motoristas, que bloquearam o acesso a pontes, rodovias e cruzamentos de fronteiras. A crise é conseqüente das mudanças na URSS, que nega-se a vender petróleo a preços subsidiados para o país e prefere auferir os lucros provenientes da crise no Golfo Pérsico.

Apesar de toda a campanha anticomunista no mundo e particularmente dentro da URSS, Lénin continua sendo o mais popular líder soviético de todos os tempos, com 51% de preferência, conforme pesquisa encomendada pelo jornal japonês Asahi Shimbun e realizada na URSS pelo Centro Soviético de Opinião Pública e Marketing.

A direção central das chamadas Ligas Comunistas da Iugoslávia decidiu cessar a atividade partidária desta organização a partir do próximo dia 4 de novembro, uma conduta que se insere numa política de despolitização e representa a virtual eliminação da liga das atividades públicas, assim como da sua transformação em um inocente Partido Socialista. Foi também desativado o órgão oficial da liga, o seminário **Komunist**, editado por mais de 30 anos. A bandeira comunista também será arriada dos edifícios públicos, conforme indica um despacho de agência oficial iugoslava **Tanjug**.

O secretário-geral do Partido Comunista do Vietnã, Nguyen Van Linh, ressaltou a determinação de construir o socialismo e rechaçou a ideologia neoliberal e o pluripartidarismo no país. "Somente o Partido Comunista pode dirigir a edificação socialista em nosso país", destacou.

Os partidos e movimentos de oposição ao governo do primeiro-ministro japonês Toshiki Haifu, convocaram e realizaram várias manifestações contra o envio de tropas japonesas ao Golfo Pérsico. Um projeto de lei neste sentido está sendo debatido no Parlamento, mas tudo indica que sua aprovação será difícil. "O projeto de lei sobre o envio de forças de cooperação com a ONU é, na realidade, um projeto de lei para a guerra", sentenciou o senador Morii Tadayoshi. Na verdade, há muito em jogo e pesa na estratégia diplomática japonesa inclusive a oportunidade de fazer valer um velho direito imperialista, o de enviar forças de "disciplina" ao exterior, embora à revelia dos interesses do próprio povo — um "direito" que foi suprimido no Japão, como na Alemanha, como fruto dos acordos pós-2ª guerra.

Os rombos no orçamento de Bush

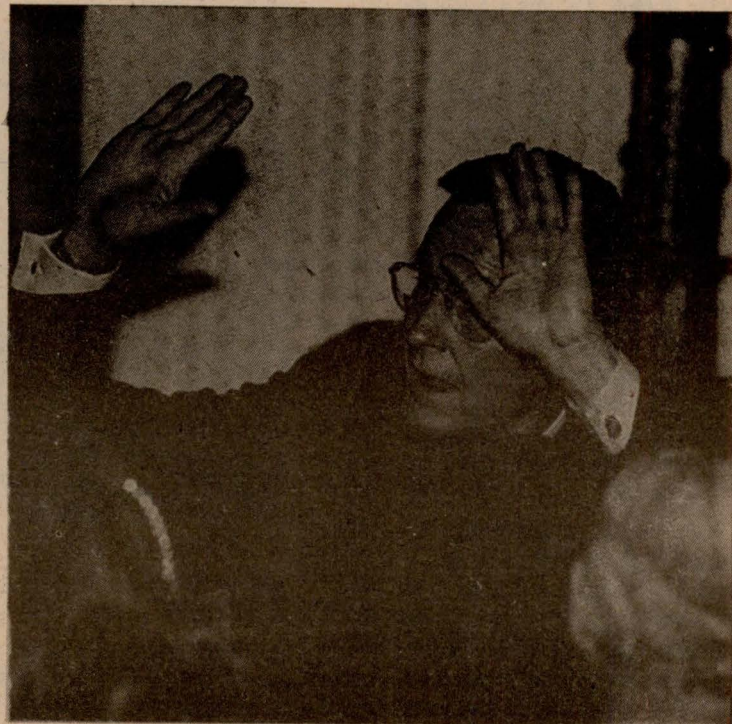
O Congresso norte-americano efetivou um acordo com o governo Bush sobre o orçamento público que, embora diferente da proposta original da Casa Branca, impõe novos sacrifícios à população, destacadamente aos idosos que sobrevivem graças ao sistema de previdência social. Além disto, o projeto aprovado pelos parlamentares e sancionado por Bush está longe de resolver o grave problema do déficit fiscal, embora o limite.

A proximidade das eleições parlamentares de novembro fez com que o Congresso, democratas principalmente mas também os republicanos ligados ao governo, rejeitassem a proposta inicial de George Bush que, entre outras coisas, isentava os ricos de qualquer contribuição no esforço de diminuição do déficit. A eleição do atual presidente norte-americano é atribuída principalmente à sua promessa de não aumentar os impostos para as camadas mais privilegiadas da sociedade, prosseguindo com a demagogia neoliberal de Ronald Reagan, cujo preço foi o gigantesco endividamento público que vem sendo cobrado agora.

Em compensação, o presidente propunha cortes drásticos nos programas de previdência social e mantinha praticamente intocável a previsão de gastos militares. Algo um tanto quanto escandaloso, principalmente em ano eleitoral, em cuja defesa só se empenharam alguns cínicos incorrigíveis que atribuem a "prosperidade" dos EUA nos últimos anos à chamada **reaganomics**, esquecendo-se que ela foi também a causa do crescimento monumental do déficit e da dívida pública e, mais, que tudo isto foi financiado pelo exterior.

Como diz a revista "The Economist", os "Estados Unidos tomam emprestado a sua própria moeda e como os demais governos decidiram (por enquanto) que o mundo não pode dar-se ao luxo de presenciarem um colapso econômico dos Estados Unidos, o déficit tem sido financiado pelo exterior — sem que isto causasse qualquer tipo de dor."

No entanto, além de ter por limite objetivo a própria capacidade de exportação de capitais por parte dos poucos/países com excedentes financeiros, e implicar num endividamento externo crescente do país, esta forma de financiamento vem enfrentando outros obstáculos, como a resistência do Japão, que tem dado preferência ao financiamento de países asiáticos (especialmente a China), e da Alemanha, esta envolvida com os custos da própria unificação e bastante interessada em expandir sua influência sobre a URSS e o Leste euro-



O presidente saiu derrotado e amarga a queda da popularidade

peu. Não foi sem razão que o Congresso norte-americano esperneou contra o empréstimo de aproximadamente US\$ 8 bilhões prometido à URSS pela Alemanha. Eles preferiam tais recursos aplicados em títulos públicos norte-americanos.

Assim, pouco a pouco vai chegando a hora da verdade e o fim da festa patrocinado pela era Reagan cobra um preço grande investidores como a corretora japonesa de valores, Nomura Securities age com mais cautela na aquisição de títulos norte-americanos e começam a duvidar da capacidade de pagamento dos EUA: "O Tio Sam deve mais de US\$ 3 trilhões e até agora pagava os juros dessa dívida em dia. Será que vai passar a se comportar como o governo do Brasil?", indagava um funcionário da Nomura.

Em função das restrições ao financiamento externo resta ao governo Bush a única e exclusiva opção de cortar o déficit, ou mais precisamente limitar o seu crescimento, reduzindo as despesas e/ou aumentando as receitas. Ocorre que o presidente "retirou da sua cartola um coelho todo arrepiado" e "o Congresso decidiu que o bicho era apavorante demais", conforme notou o "The Economist".

O plano aprovado pelo Congresso não satisfaz os interesses governamentais entre outras razões porque prevê um corte maior no orçamento bélico, embora nada drástico, e o aumento da alíquota sobre o imposto de renda nas faixas situadas acima de 100 mil dólares por ano, de 28 para 31%. Mas igualmente distribui perdas à população, através do aumento de

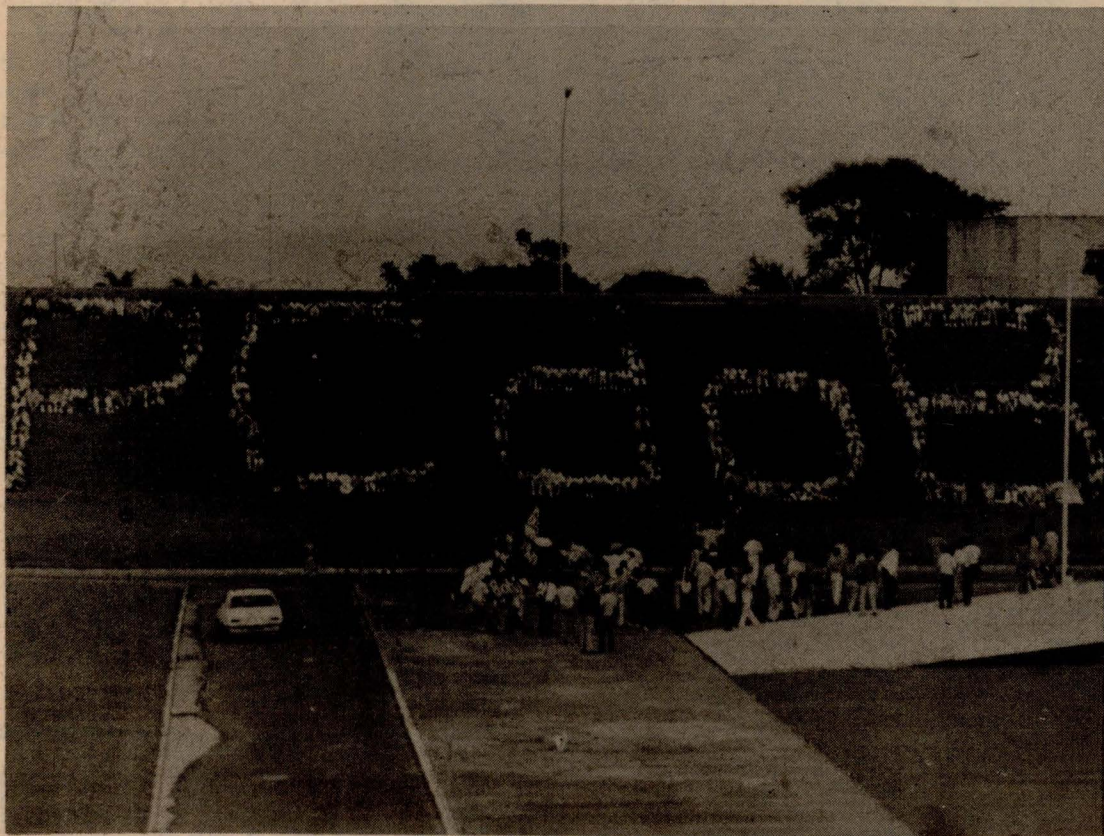
impostos indidentes sobre gasolina, álcool e fumo e uma redução de 42 bilhões de dólares no programa de assistência médica aos idosos.

Quanto aos resultados práticos, sobre o rombo orçamentário, será bem menos do que medíocre. Embora se projete uma redução de 592 bilhões de dólares nos gastos públicos em cinco anos, o déficit do ano fiscal de 1991 deverá se situar em torno de 254 bilhões de dólares — maior do que o deste ano. E isto em função dos elevados juros da dívida — que é sobretudo externo e cujo estoque poderá subir para US\$ 4 trilhões, conforme a autorização do Congresso embutida no acordo. O déficit é quatro vezes superior ao que estava previsto na legislação anterior, lei Graham-Rudman, aprovada em 1985.

É bom ter em conta que tal déficit significará no mínimo uma subtração de recursos equivalente ou próximo ao mercado mundial de capitais — ou até maior dado o déficit de investimentos no setor privado da economia norte-americana. Como tudo isto tem sido, de certa forma, o centro irradiador da crise econômica mundial não é difícil prever que as condições da economia planetária se agravarão. Resta observar que, com a inflação na casa dos 6% e uma recessão a caminho, os problemas da economia norte-americana estão se refletindo na evolução do prestígio de George Bush, em rápido declínio: de acordo com uma pesquisa Gallup/Newsweek, divulgada dia 20 de outubro, em agosto para 75% na semana passada, caiu para 48% na semana

Quadros — fator decisivo para a construção do Partido

Arthur de Paula*



A ação de massas do PCdoB está vinculada à formação de quadros capazes de aplicar a linha política

Desenvolver de maneira criadora o marxismo-leninismo nas novas condições históricas e travar uma luta implacável contra o oportunismo e o liberalismo, exige educar e formar cuidadosamente os quadros e militantes do Partido.

O Partido precisa exercer com êxito seu papel de organização revolucionária de vanguarda, de chefe político e dirigente do proletariado e das massas. Para isto precisa estar armado da teoria marxista-leninista, estruturado nos centros vitais da luta de classes e intimamente ligado às massas. Temos consciência de que sem quadros e militantes experientes, sem métodos e estilo de direção e trabalho corretos, calcados nos princípios proletários, será difícil levar às últimas conseqüências a política justa elaborada pelo Partido.

Nosso Partido confere aos seus quadros imensa importância e se empenha na sua formação. Saídos da classe operária, do movimento estudantil, do campo ou de outra frente qualquer, precisam ser educados e formados no espírito da dedicação à revolução, ao Partido e à construção do socialismo. Portanto, à luz do marxismo-leninismo. Precisam ser quadros e militantes dedicados à luta do

povo, com capacidade e iniciativa política, de organização e mobilização das massas onde atuam para conhecerem e aplicarem a linha do Partido, com habilidade para fazerem as alianças necessárias que permitam acumular forças, experiências, vitórias no rumo da revolução socialista.

Nas condições de hoje, quando a burguesia celebra o "fim" do socialismo e dos partidos "comunistas", o papel e a importância dos quadros e militantes cresce. O momento exige esforço gigantesco para a compreensão da crise do socialismo e da perspectiva de futuro. A política do Partido é elaborada e posta em prática por homens e mulheres comunistas. Na história da humanidade não existe nenhum exemplo de uma classe ter exercido seu poder sem possuir seus quadros e representantes. O proletariado revolucionário não é e nem será exceção. Precisa de quadros e militantes abnegados, formados, capacitados, verdadeiros homens e mulheres de vanguarda. Por isso, o nosso Partido dá grande importância aos seus membros. São eles forças decisivas na defesa do Partido, do marxismo-leninismo.

É preciso, neste momento, quando por decisão do Comitê Central, o Partido retoma a meta de filiar 500 mil

membros e realizar nas datas já fixadas as Convenções Municipais, Regionais e Nacional, organizar com acerto a seleção e distribuição dos quadros, avaliar as pessoas por suas ações, identificar a tempo os setores fracos e reforçá-los com militantes experientes, levar avante a política de construção e organização do PCdoB, não onde é mais fácil mas onde é fundamental, onde assegure êxito no presente e no futuro, na luta contra o capitalismo e pela vitória do socialismo. A seleção e formação dos quadros e militantes precisa ser resolvida de acordo com a situação concreta e partindo dos interesses do Partido, da revolução e não dos indivíduos.

O Partido precisa, portanto, em todos os Comitês Regionais, organizar o trabalho com os quadros e militantes em bases científicas e não espontaneístas. Selecionar o quadro e militante segundo seu compromisso ideológico. Isto levará ao reforço da organização partidária. Assim haverá um contínuo melhoramento das direções em todos os níveis e conseqüentemente, um progressivo melhoramento da atuação do Partido em todas as frentes, em todas as ações em que vier a participar.

*da direção nacional do PCdoB

CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

Cavar apoios para a luta revolucionária

Rogério Lustosa*

Os trabalhadores, para sua libertação, lutam para conquistar o poder político. Mas enquanto não alcançam este objetivo, devem permanecer indiferentes às diversas alternativas burguesas que disputam o governo de tempos em tempos? Devem ignorar as contradições entre as diversas facções das classes dominantes? Ou, pelo contrário, podem utilizar atritos e disputas entre os poderosos como reservas indiretas do processo revolucionário?

Diferença importante

A simples constatação de que tal ou qual governante é burguês, às vezes é usada como pretexto para esconder outro aspecto, mais valioso para o combate político: certos esquemas de administração do Estado burguês criam obstáculos maiores que outros à luta popular; o predomínio de um grupo pode criar maiores possibilidades de manobras aos trabalhadores do que o de outro. Ficar à margem desta realidade é condenar-se ao imobilismo.

Com o olhar no futuro e nas grandes tarefas revolucionárias, sem aderir a qualquer projeto burguês, o proletariado tem, obrigatoriamente, que aprender a explorar todas as brechas entre seus adversários e a golpear no lugar certo, visando abrir espaço e reforçar suas fileiras.

Independência real

Nas eleições, em particular, ainda mais no sistema de dois turnos, é da maior importância saber distinguir entre as correntes mais ditatoriais e as que podem assumir certos compromissos democráticos. E o combate mais acentuado ao burguês mais carrasco não representa qualquer conciliação com a burguesia representada pelo outro candidato. É uma opção de voto, em busca de conquistas imediatas, dentro do que a realidade impôs e não de acordo com as preferências subjetivas de quem quer que seja.

Com o receio de pecar contra a pureza, certas correntes — mesmo quando identificam as diferenças entre os contendores — fazem tantas restrições e críticas ao candidato que reconhecem como melhor nas circunstâncias que, na verdade, o transformam em alvo principal. Com medo de serem confundidos com a burguesia "democrática", os que assim procedem acabam fazendo o jogo das posições de direita.

Independência político-ideológica não tem qualquer semelhança com isolamento, omissão, recusa aos acordos. Independência não pode jamais se confundir com revolta e desespero com a correnteza, por aqueles que são arrastados rio abaixo. Independência é, sobretudo, encontrar as formas concretas de enfrentar as adversidades, saber utilizar pontos de apoio, por mínimos que sejam, para navegar em sentido oposto à maré burguesa.

Fazer política

No segundo turno, não se trata, portanto, de camuflar posições ou justificar-se diante do eleitorado — muito menos de eximir-se de responsabilidade diante do quadro político criado. Todas as forças progressistas, pelo contrário, têm a tarefa de ajudar a maioria a identificar o candidato, em cada Estado, que favorece a luta democrática, e o que representa a ofensiva colossada.

Não se trata de uma opção enrustida ou envergonhada. Mas de dizer claro aos trabalhadores que, nesta situação, votar em tal candidato, e exigir dele tais compromissos, é o que serve ao movimento popular. Mesmo sabendo que este não é propriamente representante das massas populares. Não há porque duvidar da capacidade do povo fazer política.

*da direção nacional do PCdoB

Mobilizar as forças democráticas para derrotar Collor no 2º turno

Dynéas Aguiar*

A última reunião do Comitê Central aprovou importante resolução sobre o segundo turno das eleições para os governos dos Estados (ver **Classe** nº 53).

A análise do Comitê Central aponta corretamente que a grande batalha entre as forças progressistas e democráticas e o governo reacionário-entreguista de Collor será travada precisamente no segundo turno.

Nos principais centros econômicos, políticos e sociais do País, como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, a decisão final do eleitorado vai ocorrer dia 25 de novembro.

Neste segundo turno, Collor não pode mais iludir o povo declarando-se indiferente ao resultado do pleito. Ostensivamente apóia Maluf em São Paulo; Hélio Costa, em Minas; Marchezan, no Rio Grande do Sul e Martinez no Paraná. Fica claro e evidente que precisa da eleição desses candidatos para apresentar-se como vitorioso e propagandar que a população respalda sua política.

Indicar claramente quem é o inimigo

A questão da vitória ou da derrota de Collor não pode ser encarada com indiferença pelas forças populares e, principalmente, pelos comunistas.

A omissão e o abstencionismo significarão não só uma grande incompreensão de nossa tática (ver **Classe** nº 39, pág. 5), como, em certas circunstâncias, uma verdadeira traição aos interesses maiores da nação e do povo brasileiro.

O PT em alguns Estados está adotando a proposição do voto nulo ou branco. É a mesma posição estreita, sectária e inconsequente que adotou em 1985 quando, objetivamente, contribuiu para os planos de Maluf, na disputa com Tancredo.

A vida demonstrou a falácia do primarismo de afirmar que todos são burgueses e "farinha do mesmo saco". Esta análise simplista, mas com aparência avançada, "revolucionária", é típica da concepção política pequeno-burguesa que vê apenas seus interesses particulares e menores, nada lhes importando as verdadeiras batalhas diretas ou indiretas contra o inimigo de classe. Sempre conceber a burguesia e as classes dominantes como um bloco uniforme e compacto é abdicar de antemão da necessidade de enfrentá-las. Se o ini-

migo é tão potente, vamos "nos recolher", "ensarilhar as armas" e "nos prepararmos para o pior".

Agir dessa forma demonstra a falta de preparo para exercer qualquer papel nas grandes batalhas políticas. É, na prática, a capitulação sem glória nem fibra.

Marx, em sua obra "O 18 Brumário de Luís Bonaparte", criticou de forma cáustica e contundente esse comportamento tipicamente pequeno-burguês ao afirmar: "Haja o que houver, o democrata sai da derrota mais humilhante tão imaculado como era inocente quando entrou na questão, com a convicção recém-adquirida de que terá forçosamente que vencer, não porque ele e seu partido deverão abandonar o antigo ponto de vista, mas, pelo contrário, porque as condições têm que amadurecer para se porem de acordo com ele".

O Partido no 2º turno

O nosso Partido, o PCdoB, não se comporta dessa maneira. Ele leva em conta a situação real em cada batalha. Analisa de forma objetiva a correlação de forças em cada momento concreto. Tem presente a importância das reservas indiretas, dentre as quais se destaca a divisão entre os vários setores das classes dominantes e define sempre, em cada luta, qual o inimigo principal para ser golpeado. Dessa forma, estabelece as alianças possíveis, nem sempre as ideais, buscando conseguir aliados por mais vacilantes, inconseqüentes e temporários, como nos ensina Lênin.

O segundo turno será a favor ou contra Collor. Não podemos tangenciar essa realidade. Assim sendo, em cada Estado em que haverá segundo turno, essa será a linha demarcatória de nossa posição.

Se **um** é o candidato de Collor, principalmente se for do PRN, **ele é o alvo**, é quem devemos derrotar nas urnas.

Nosso apoio, no geral, deve ser aberto, claro, combativo. A nossa presença na campanha deve aproveitar os espaços para levar as nossas propostas a milhões de pessoas a que não tivemos acesso no primeiro turno nos Estados em que apoiamos outras coligações. Nos Estados em que a disputa é entre a nossa coligação do primeiro turno e o candidato de Collor, é nosso dever contribuir para



a ampliação do leque de forças de apoio às nossas Frentes. Nestes Estados, o Partido deve estar na primeira linha da campanha. Nossos militantes devem empenhar-se com entusiasmo, para que essa segunda fase seja combativa e de massas. Será um grave erro pensar que basta consolidar a

votação do primeiro turno. A vitória exige acumular novos contingentes às trincheiras contra Collor. E, quanto maior a diferença de votos, mais difícil será, no futuro, uma aproximação entre Collor e o governador eleito. A manifestação eleitoral inequívoca contra Collor reduzirá os espaços das

forças vacilantes e adesistas que, por ventura, estejam em nossa Frente.

Para derrotar os apaniguados de Collor, os nossos candidatos precisam do apoio das forças democrática e progressistas. Objetivamente, assumirão compromissos democráticos, que serão cobrados em seu governo. Garantir espaços para o desenvolvimento das lutas populares será de vital importância para enfrentarmos as medidas antipopulares e antinacionais de Collor.

O Partido não abdica de suas responsabilidades políticas frente ao proletariado e ao povo. Por isso, condena o abstencionismo, a esterilidade do voto nulo ou branco. Participará ativamente da batalha do segundo turno. Indicará com clareza a necessidade de derrotar os candidatos de Collor. É na luta concreta e não por omissão que o Partido crescerá e se fortalecerá.

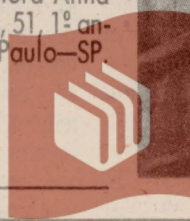
*da direção nacional do PCdoB

Assine a Princípios

Democracia e liberdade são temas que ocupam parte essencial da **PRINCÍPIOS** Nº 19. São assuntos abordados do ponto de vista filosófico, da formação do Estado, da edificação do Socialismo e da construção do Partido que os trabalhadores exigem na sua luta revolucionária. A revista polemiza e trata a questão com um toque de classe.

PRINCÍPIOS aborda ainda o parasitismo do sistema capitalista, o processo de subordinação tecnológica dos países pobres através de patentes, comenta também a relação entre o Estado e a Arte, revela como as contradições pintam na matemática e muito mais.

Procure logo o seu exemplar e faça já sua assinatura, enviando cheque nominal à Editora Anita Garibaldi. Rua Bororós, 51, 1º andar, CEP 01320. São Paulo—SP. Fone: (011) 278-3220.



DEMOCRACIA
Um toque de classe

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Polêmica:

Arte: alma da humanidade

Calucho Carvalho*

É de grande importância a discussão sobre arte que vem se dando nas páginas da *Classe Operária*. Não pretendo debater ponto por ponto dos que foram levantados por José Carlos Ruy e Carlos Pompe. No entanto, pretendo expor algumas opiniões sobre o assunto, com o objetivo de contribuir para aprofundar um debate tão necessário nesse momento, sem pretender esgotá-lo.

Glauber Rocha, seguramente o maior expoente do cinema nacional, costumava dizer que a arte era um misto de talento e coragem. Além disso, afirmava que "arte é invenção, é o inconsciente do artista, o sonho do imprevisto, a forma nova". Parto dessas afirmações por considerar que, independentemente de terem ou não um conteúdo ideológico ou sociológico preciso, refletem o sentimento mais profundo de um artista polêmico, que pôs todo o seu potencial artístico e intelectual a serviço de uma arte que buscava ir à raiz das coisas e que, portanto, era uma arte revolucionária, tanto em seu conteúdo quanto em sua forma.

Com sensibilidade superior, o grande artista exprime tudo de forma bela

Se tomarmos o gosto artístico de Marx veremos que sua preocupação se dava por aí. Basta ver quais eram os escritores que ele mais admirava: Balzac, Shakespeare e Goethe. Vale aqui um registro: Balzac era um aristocrata reacionário que tinha compromisso de classe com a aristocracia feudal. Shakespeare e Goethe eram pessoas que viviam para a arte que produziam, sem participar ativamente de nenhum movimento social contestatório.

O que levava Marx a admirá-los tanto? Em primeiro lugar coloca-se a questão da forma. Todos os três eram grandes artistas, e como tal dotados de uma sensibilidade superior à média, o que lhes dava condições de exprimir de forma bela tudo aquilo a que se propunham.

Mário de Andrade, um dos baluartes do modernismo brasileiro, afirma em "Artista", trecho de sua obra "Paulicéia desvairada", que a "arte não consegue reproduzir a natureza, nem este é o seu fim. Todos os grandes artistas, ora consciente (Rafael das madonas, Rodin de Balzac, Beethoven da Pastoral, Machado de Assis de Brás Cubas), ora inconscientemente (a grande maioria) foram deformadores da natureza. Onde infiro que o belo artístico será tanto mais artístico, tanto mais subjetivo quanto mais se afastar do belo natural".

A história de Fausto, por exemplo,



Glauber Rocha: "arte é invenção, inconsciente do artista, sonho do imprevisto, forma nova".

era uma história comum na Alemanha, onde vários escritores escreveram as suas versões. Só uma ficou, a que foi escrita por Goethe. As outras, com certeza, foram há muito devoradas pelas traças.

"Ver com olhos livres", marcar época, mudar os rumos do comportamento

E mais uma vez Mário de Andrade quem afirma: "A arte que, mesmo tirando os seus tenas do mundo objetivo, desenvolve-se em comparações afastadas, exageradas, sem exatidão aparente, ou indica os objetos, como um universal, sem delimitação qualificativa nenhuma, tem o poder de nos conduzir a esta idealização livre, subjetiva, permite criar um ambiente de realidades ideais onde sentimentos, seres e coisas, belezas e defeitos se apresentam na sua plenitude heróica, que ultrapassa a defeituosa percepção dos sentidos".

Um outro aspecto ligado à questão da forma diz respeito ao estilo inovador e revolucionário. Os estilos desenvolvidos pelos grandes artistas marcam época, fazem escola, influenciam diretamente a humanidade, mudam o rumo da arte e do comportamento. Revolucionam a forma e a estética. É como dizia o poeta Oswald de Andrade: "Nenhuma fórmula para a contemporânea expressão do mundo. Ver com os olhos livres".

Em segundo lugar coloca-se a questão do conteúdo. Independente de Balzac ser ou não um indivíduo reacionário, a sua "Comédia humana" expressa um conteúdo altamente revolucionário, ao ponto de Engels afirmar ser impossível conhecer a sociedade da época sem conhecer a obra de Balzac. Isso porque, ao falar dos costumes e das transformações que se operavam na sociedade, ele punha a nu todas as suas contradições econômicas, sociais e até mesmo culturais. O trabalho de Balzac, no entanto, não se constitui num mero anseio sociológico e sim numa obra de arte de fôlego, profundamente humana e com ensinamentos e valores universais. Foi por estes fatores que ela se transformou numa obra imortal.

Uma manifestação livre e superior do espírito humano, sem esquematismos

Creio que esses aspectos podem ser generalizados para outras formas de manifestação artística, sem contudo querer estabelecer critérios rígidos, mesmo porque esses não devem existir no que tange à questão da arte, posto que esta é uma manifestação livre e superior do pensamento humano que foge a todo e qualquer tipo de esquecimento.

Tomemos o cinema como exemplo, o que aliás tem sido um dos mó-

veis da discussão. Voltemos portanto ao nosso Glauber: "O cinema é uma arte internacional, e um cineasta moderno deve poder fazer filmes em qualquer parte: EUA, Rússia, Europa, Brasil ou Chile. A comunicação hoje em dia é internacional: via satélite, TV, jornais, cinema. A língua verbal é regional. O cinema é um conjunto de signos visuais que é necessário aprender a manipular para abordar qualquer tipo de realidade. Conta com instrumentação muito diversa: sociologia, antropologia, literatura, poesia, economia, matérias sobre as quais o cineasta pode se informar e finalmente agregar sua própria inspiração, que é componente poético de cada autor. Sem esse componente o cinema não seria arte". Em outras palavras, não passaria de ensaios, porque o componente poético diz respeito ao belo. É por isso que se diz que a poesia é a mãe das artes, porque sem ela não há arte, não há belo.

Nesse sentido, quando se tenta analisar a arte como se fosse uma manifestação qualquer do pensamento, reduz-se a arte a um patamar inferior e como consequência ignora-se um dos mais profundos sentimentos da humanidade, a sua alma.

Para encerrar, gostaria de manifestar minha opinião sobre o filme "Sociedade dos poetas mortos", que tem sido motivo de rasgados elogios e crítica de uma maneira geral. Sem querer minimizar os aspectos posi-

tivos que o filme possa ter, gostaria de dizer que o referido não pode ser colocado como uma grande obra de arte, nem mesmo um filme excepcional. Trata-se de um filme comum, como tantos outros que há por aí e que, com certeza, não varará a década, muito menos o século que está chegando ao fim.

"Poetas mortos", um filme feito nos padrões de Hollywood, para "criar" heróis

"Sociedade dos poetas mortos" não passa de mais um filme que obedece rigidamente aos padrões hollywoodianos, feito para alcançar grandes bilheterias, impressionar grandes públicos e mexer com as emoções das pessoas, como assim foram feitos "Platoon", "Mississippi em chamas", "Meu pé esquerdo" e outros mais que tentam colocar nas mãos de falsos heróis ou heróis de barro as iniciativas e os destinos de uma coletividade. Uma espécie de autocritica falsa de uma sociedade individualista e conservadora como a norte-americana. Walt Withman não merecia ser veículo para isso.

Pobre do povo que precisa de estética hollywoodiana para chorar!

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Colaborador da Classe em Brasília

A trajetória de Tupac Amaru

Lejeune Mato Grosso*

Em 4 de novembro de 1780 eclodiu uma das maiores rebeliões contra o domínio espanhol na América, liderada por Tupac Amaru. Ele comandou índios, criollos e brancos, defendendo os ideais de justiça e liberdade.

Ao ouvirmos falar de *Tupac Amaru*, logo lembramos dos Tupamaros, grupo de guerrilha urbana uruguai. Pouco sabemos sobre a real história deste que foi, com certeza, um dos maiores líderes de rebeliões anticoloniais contra a Espanha. Em nossos livros de história, mesmo o de autores mais progressistas, pouco ou quase nada se fala de *Tupac Amaru*.

Nascido provavelmente em 1741, *Tupac Amaru* era na verdade José Gabriel Condorcanki Noguera, filho de uma descendente direta de Tupac Amaru I, um dos 4 Incas de Vilcabamba, que por sua vez descendia do grande *Huascar Inca*. Alguns historiadores tentam contestar a descendência de José Gabriel, aceita amplamente por diversas correntes peruanas, oficiais ou não.

A Grande Rebelião

Seu maior feito histórico, após largar a sua vida particular de pequeno comerciante e transportador na região andina, foi a de organizar os índios peruanos para a resistência aos colonizadores espanhóis. Essa rebelião era contra "as autoridades do vice-reinado: os repatriamentos mercantis; o mau governo dos corregedores; a ineficiência e lentidão da justiça; e fundamentalmente ao direito de governar o Peru".

Para o levante, *Tupac Amaru* contou com índios, criollos, brancos e todos aqueles que defendiam os ideais de liberdade e justiça. Foi assim que em 4 de novembro de 1780, há portanto 210 anos, eclode a revolução que seria uma das primeiras e mais importantes contra a dominação imperialista.

O levante de Yanacea, a três léguas de Tinta, ocorre num sábado, em plena festa que o corregedor local (representante da monarquia espanhola) estava dando em comemoração ao aniversário do rei Carlos III. Foi também nesse movimento que pela primeira vez um representante direto da coroa foi justificado (corregedor Antonio Juan de Arriaga).

Condenado à morte, Tupac Amaru vive

Tupac Amaru não viu em vida o seu ideal do Peru libertado. Mas deu, com seu gesto e com sua prática, exemplo para os que o sucederam.



Mesmo na sua prisão em abril de 1781, manteve elevada a dignidade. *Tupac Amaru*, seus filhos *Hipólito* (20 anos) e *Fernando* (13 anos), sua mulher e companheira *Micaela Bastidas* (36 anos), *Cecília*, sua meia-irmã, vários caciques e líderes revolucionários, foram presos e assassinados por decisão do Tribunal de Cuzco, pelo motivo descrito como "do horrendo crime de rebelião e o organização geral dos índios, mestiços e outras castas..." Conta-se que antes da sua condenação, a corte tentou que *Tupac Amaru* entregasse companheiros, ao que ele respondeu: "Nós somos os únicos conspiradores. V. Majestade por haver tomado o país e imposto medidas insuportáveis e eu por querer libertar o povo de semelhante tirania".

Sua morte, em 18 de maio de 1781,

foi trágica, lembrando a do nosso Tiradentes. Suas mãos e pés foram amarrados em 4 cavalos que, montados por bons cavaleiros, foram impedidos a correr em direções opostas, de modo a que seu corpo fosse esquartejado. Não conseguindo esse feito, o responsável pela sua execução determinou que braços e pernas fossem decepados a golpes de grandes facões e sua cabeça posteriormente cortada. Sua língua foi cortada e antes do seu suplício final, ainda presenciou o assassinato dos seus filhos, esposa e correligionários.

Ao final dessa macabra cerimônia, partes de seu corpo foram transportadas para diversas localidades peruanas. A maior parte de seu corpo e de sua companheira *Micaela Bastidas*, foi levada a Pichu e queimada, e suas cinzas espalhadas no rio Watanay.

Grandes Exemplos de Homens

Os lutadores pela libertação da América espanhola, precursores de *Tupac Amaru*, como Inácio Torote (1737), Juan Santos Atawalpa (1742), Antonio Cabo, Miguel Surichac e Francisco Inca (1750), José Gran Kispé Tito Inga (1777), Tomás Catari (1778), Lorenzo Farfán e Bernardo Tambowasco (1780), e tantos outros que o sucederam como San Martín, Simón Bolívar, Farabundo Martí e Augusto César Sandino, compõem um conjunto de revolucionários que deixaram importantes sementes que ficam para a posteridade, dando exemplos para gerações futuras, nas lutas de libertação de todos os continentes da exploração e exploração imperialista.

BREVE CRONOLOGIA DA VIDA DE TUPAC AMARU

19/03/1740 (ou 41) — Nasce no povoado de Surimana *José Gabriel Tupac Amaru*, cujo nome completo e original era *José Gabriel Condorcanki Noguera*.

11/10/1741 — Morre em Surimana, *Rosa Noguera*, mãe de Tupac Amaru.

30/04/1750 — Morre em Surimana, Dom *Miguel Condorcanki Tupac Amaru*, pai de Tupac Amaru.

25/05/1760 — Tupac Amaru casa-se com *Micaela Bastidas Puyucawa*, sua inseparável companheira até a morte.

17/09/1762 — Nasce o segundo filho de Tupac Amaru, *Mariano*, na cidade de Tungasuca (o primeiro filho, *Hipólito*, nasceu em 1761, mas sem data precisa).

31/05/1768 — Nasce *Fernando Tupac Amaru*, filho caçula de José Gabriel.

22/07/1777 — José Gabriel peticiona junto aos representantes da coroa espanhola, exigindo o reconhecimento da sua descendência incaica, através de *Tupac Amaru I*, seu oitavo avô materno, morto na Praça Central de Cuzco em 1572. Tupac Amaru I descende diretamente de *Huascar Inca*, criador e chefe do império incaico.

04/11/1780 — *Tupac Amaru* lidera a primeira grande rebelião anticolonial que se tem notícia na América espanhola. É feito prisioneiro *Antonio Juan de Arriaga*, corregedor de Tinta (executado em 10/11).

16/11/1780 — *Tupac Amaru* proclama livre todos os escravos peruanos.

28/11/1780 — O vice-rei *Augustin de Jáuregui* envia tropas a Cuzco.

02/01/1781 — *Tupac Amaru* e seus liderados iniciam o cerco a Cuzco (batendo em retirada em 10/01).

06/04/1781 — Traído por seu subordinado *Francisco Santa Cruz*, *Tupac Amaru* é capturado no povoado de Langui, sendo julgado e condenado em 15/05/1781.

18/05/1781 — *Tupac Amaru* é sacrificado na praça cuzquenha de Wacaypata, juntamente com sua esposa, filhos e principais partidários.

Bibliografia Consultada:

- CÚNEO-VIDAL, Rómulo, *Precursores y Martires de la Independencia del Peru*, Volume V, Editor Inacio Prado Pastor, Lima, Peru, 1978;
- ENCICLOPEDIA Ilustrada Del Peru, Volume VI, págs. 2.123-2.124.
- MACERA, Pablo, *Retrato de Tupac Amaru*, Universidade Nacional Mayor de San Marcos, Lima, Peru, 1975;
- VALCARCEL, DANIEL, *La Rebelion de Tupac Amaru*, Colecion popular, Volume 72, Fondo de Cultura Económica, México, 1965;

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Bibliólogo, colaborador da UNIMEP e colaborador da Classe

Pacto social, conclamação do povo à miséria e à fome

O Brasil vive a maior mentira política de sua história. O Congresso está sendo seguidamente atropelado pelo Palácio do Planalto. A única lei que vale no País é a lei do FMI, cumprida vírgula por vírgula pelo senhor Fernando Collor. O desrespeito pela Constituição é notório e público por parte do governo. A única interpretação correta e colocada em prática é a que corresponde à vontade e aos caprichos das elites. O desemprego e a fome se alastram num ritmo tão devastador que já chegam a colocar em risco a soberania nacional. Isso só não vê quem é cego.

Não há ameaça maior à soberania de uma país do que a pena de miséria e de fome imposta a seu povo. O governo demite irresponsavelmente, liquidando bancos estaduais, entregando empresas do povo aos empresários e, ironia da maior, conclama os sindicatos e os trabalhadores para um pacto de miséria e fome.

O resultado da política oficial, contudo, é o país dividido em dois. Um é o Brasil da televisão colorida, com os passeios em jatos supersônicos, submarinos modernos e cafés da manhã transmitidos ao vivo; o outro é o Brasil dos famintos, dos favelados, dos pés-no-chão, dos sem-terra e dos sem-pão para tomar um café. Não há nenhum projeto para absorção de mão-de-obra. O trabalhador que ainda tem emprego vive num clima de inseguran-

ça, sem estabilidade, sendo perseguido e humilhado, tendo que conviver com o maior arrocho salarial já imposto ao País. Os sem-terra, desesperados, começam a reagir irracionalmente: não existe razão onde o poder ameaça a existência.

Não se deve nem mesmo discutir qualquer acordo com os defensores de um projeto onde o homem é colocado em último plano. A razão da existência humana passa pelos caminhos da fraternidade, do respeito e da igualdade entre todos os homens. O direito ao emprego e a um salário digno que garanta o mínimo para sustentação do trabalhador e da sua família está acima de qualquer programa de governo. (Lenilson Avelino da Silva, Paulo Afonso, BA)

Triste fim da Transamazônica, tomada pela floresta

A Transamazônica está morrendo, no trecho entre Marabá, Pacoas, Altamira, Medicilândia, Uruara, Rurópolis e Itaituba, no Pará. Apesar do processo inflacionário que corrói o valor do dinheiro, as propriedades estão hoje com seus valores derrubados entre 50% e 70%, se comparados aos de 15 de março. O colono, traído e roubado por Collor, quer ir embora e não acha para quem vender o que lhe resta —o lote, e em poucos casos algumas cabeças de gado. Há poucos dias um ex-funcionário da Emater declarou que um único

fazendeiro da região comprou de uma só vez 25 lotes de 100 hectares.

A rodovia está sendo tomada pelo mato em vários pontos, e enquanto isso o secretário de Ciência e Tecnologia, José Guldemberg, vai à televisão declarar que fica mais barato colocar o nordestino em Copacabana com casa e comida que entregar-lhe terra com técnicas modernas de irrigação.

Uma política progressista, interessada de fato em resolver os problemas graves do País, exigiria, ao contrário, estudos profundos sobre o Nordeste e a Amazônia, para atacar a miséria e a fome de que padece o habitante destas regiões.

Para o Nordeste, reforma agrária com açudes e irrigações; escola e posto de saúde. Fornecer os meios para o trabalho do agricultor e estimular o trabalho social em mutirões, criando uma mentalidade progressista que aos poucos levará os indivíduos a transformarem suas propriedades particulares em fazendas coletivas.

Para a Amazônia, o futuro passa pela transformação de seus rios em estradas de todo o povo, com o transporte de pessoas e cargas integrando-se à ocupação dos 12 milhões de hectares da várzea. Ocupada pelo trabalhadores da região, esta área, hoje foco de mosquitos transmissores da malária, irá se transformar em celeiro de alimentos. (Ernânio Fernandes de Oliveira, Altamira, PA)

Em defesa de um projeto cultural para o PCdoB

Os últimos números da Classe têm trazi-

do um debate quente sobre arte. Isto é bom, mostra que nosso partido é um organismo vivo: mas ao mesmo tempo mostra o quanto a intelectualidade comunista é frívola e dual. Digo isso porque, enquanto pensadores políticos, nossos intelectuais têm um posicionamento nitidamente inovador, que rompe com a ordem estabelecida — e tida como imutável — da burguesia. No entanto, quando o assunto é cultura, eles se perdem no ecletismo, no preconceito esteta, seguindo neste campo tão somente o curso da produção artística oficial.

Não quero com isso dizer que tenho "uma velha opinião formada sobre tudo", mas me parece que o cinema, justamente por aquilo que Carlos Pompe chama de "investimentos monumentais", não é a melhor forma de observarmos o caráter progressista, de resistência e preservação da memória histórica de um povo, em particular o brasileiro. Mas, mesmo em se tratando de cinema, eu convidaria nossos intelectuais para, ao invés de se perderem em debates estereis sobre obras sofisticadas como "Casablanca", darem uma pequena observada em filmes como "O país dos tenentes", "Delmiro Gouveia" ou "O Baiano Fantasma", e talvez eles encontrassem uma mensagem muito mais próxima da nossa realidade social e de nossos objetivos políticos. Quero dizer também que é absurdo ficarmos trocando figurinhas sobre o esteticismo da arte quando na pe-

riferia da cultura oficial circulam movimentos culturais muito mais condizentes com nossa atuação de políticos revolucionários. Só para ficar num exemplo, este ano ocorreu, em São Paulo, um lindo encontro de danças folclóricas do Norte e Nordeste; mas não constatei a presença de nenhum comunista durante estes eventos.

Diante destas considerações, convidaria nosso partido a formular urgentemente um projeto para o campo cultural, podendo inclusive fazê-lo através de instituições como o Instituto Maurício Grabois. Creio que, a partir do momento em que tivermos uma maior inserção nesta área, poderemos evitar fatos desagradáveis como o ocorrido recentemente em S. Paulo. Um cordel, que seria o melhor material de nossa campanha eleitoral, escrito por Teo Azevedo — uma figura que, apesar de desconhecido pela intelectualidade comunista, é dos mais respeitáveis pesquisadores do canção popular, sendo, inclusive, o responsável pelo recolhimento e adaptação do grande sucesso "Calix Bento" — ficou engavetado durante quatro meses, sendo nos últimos dias da campanha impresso em Ribeirão Preto. Em São Paulo apareceu somente após o fechamento das urnas. Não é com pernosticismo vulgar que vamos nos impor como verdadeiros representantes da mais avançada de todas as ciências, que é o materialismo dialético. (Pedro Carvalho Lopes, São Paulo, SP)

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA" UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome
Endereço
CEP Cidade Estado
Profissão

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO

Assinatura trimestral: Cr\$ 300,00

Assinatura semestral: Cr\$ 600,00

Preencha hoje mesmo este cupom e envie cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.

PROMOÇÃO!!

A Classe Operária oferece a você, numa rara oportunidade, a coleção encadernada dos números 01 a 40, em dois volumes, num preço bem camarada. Adquiria a sua, os números são limitados!

Preencha o cupom abaixo e envie junto cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda., rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — São Paulo — SP — CEP 01318

QUERO RECEBER A COLEÇÃO ENCADERNADA DO JORNAL A CLASSE OPERÁRIA VOLUME I (Nº 01 A 20) — 45 BTN'S

VOLUME II (Nº 21 A 40) — 45 BTN'S
VOLUMES I e II — 75 BTN'S

NOME.....
ENDEREÇO.....
CIDADE.....
ESTADO.....
CEP.....
PROFISSÃO.....
É ASSINANTE?.....

A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas.

Editor: José Reinaldo Carvalho
Redação: Antonio Martins, Irasson Cordeiro Lopes e Umberto Martins

Diagramação e Arte: José Luis Munuera Reyes

Centro de Documentação: Joana D'arc de Sousa

Administração: Sandra Mateus

Secretária: Márcia Medeiros

Assinaturas: Cláudia Medeiros

Fotografia: Ailton Leite

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista CEP 01318 — São Paulo/SP

Telefone: (011) 36-7531

Telex: 11-21983

Fax: (011) 36-4104

Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329,

Rio Branco; ALAGOAS — Ladeira do Brito,

72 — fones: (082) 221-4634 e 221-4728,

Maceió; AMAPÁ — Av. Antônio G.

Tocantins, 47, CEP 68900, fone: (096)

231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Luiz

Anthony, 762, CEP 69000, fone: (092)

232-3881, Manaus; BAHIA — Av. Cons.

Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone:

(071) 241-6522, Salvador; CEARÁ — Rua São

Paulo, 1.037, CEP 60000, fone: (085)

221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL —

HIGS 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302,

fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO

SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP

29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS

— Rua Parnaíba, 355, CEP 74000 fone: (062)

223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua

Desantanhina, 194 CEP 65000, fone: (098)

229-5200, São Luiz; MATO GROSSO — Rua

Comandante Costa, 548, fundos, CEP 78030,

fone: (065) 321-5095, Cuiabá; MATO

GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2.500,

CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS

— Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone:

(031) 222-3161, Belo Horizonte; PARÁ — Rua

3 de maio, 1834, CEP 66800, FONE: (091)

229-5200, Belém; PARAÍBA — Rua Alme da

Barreto, 273, CEP 58020, fone: (083)

222-4413, João Pessoa; PARANÁ — Rua

Marechal Deodoro, 1.161, Centro, fone:

(041) 263-2049, Curitiba; PERNAMBUCO —

Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081)

222-3418, Recife; PIAUÍ — Rua Desemb.

Freitas, 1.216, CEP 64020, fone: (086)

222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua

13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1608, CEP

RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuza,

99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal;

RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antônio,

254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto

Alegre; RONDONIA — R. Tenreiro Aranha,

2.122, CEP 78.900, Porto Velho; RORAIMA

— Rua Alvaro Maia, 165, B. Aparecida, CEP

69300, Boa Vista; SANTA CATARINA — Rua

Júlio Moura, 34, CEP 88010, fone: (0482)

22-1927, Florianópolis; SERGIPE — Rua do

Lagarto, 807, CEP 49015, Aracaju.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da

Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.

Composição, montagem, fotolito: Paz

Fotocomposição e Fotolito Ltda. — R.

Frederico Steidel, 257 Sta. Cecilia CEP 01225

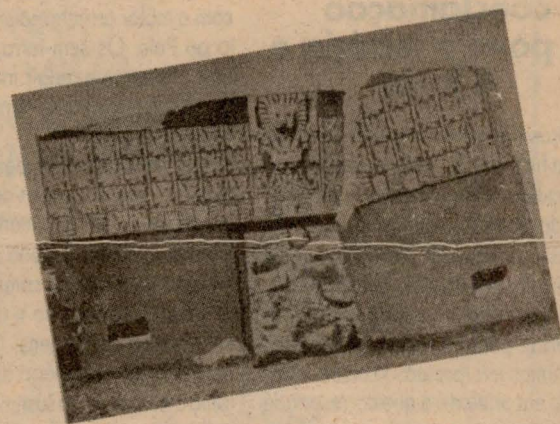
São Paulo/SP fones: (011)

222-0919 ou 222-1590

Impressão: Grafica

Jorúês — fone: (011) 815-4999

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



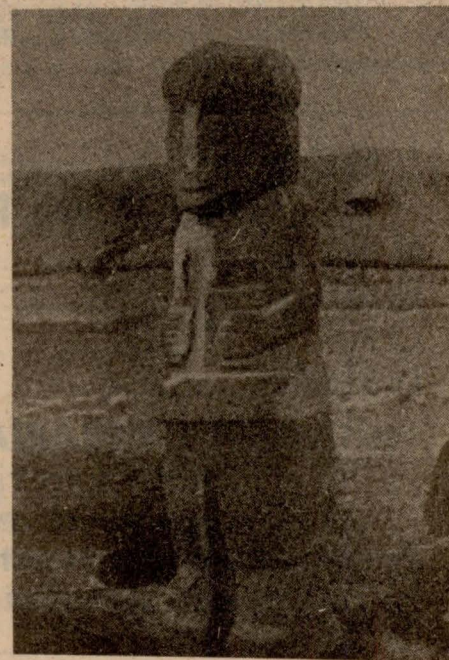
Tupac Amaru

Pablo Neruda

Condorcanqui Tupac Amaru, sábio
senhor, pai justo,
viste subir a Tungasuca
a primavera desolada
dos patamares andinos
e, com ela, sal e desdita,
iniquidades e tormentos.



Era um soluço e outro soluço.
Até que armaste a jornada
dos povos cor de terra,
recolheste o pranto em tua taça
e endureceste as veredas.
Chegou o pai das montanhas.
A pólvora levantou caminhos,
e as aldeias humilhadas
chegou o pai da batalha.
Jogaram a manta na poeira,
uniram-se os velhos punhais,
e o búzio marinho
chamou os vínculos dispersos.
Contra a pedra sanguinária,
contra a inércia desgraçada,
contra o metal das correntes.
Porém dividiram o teu povo,
e irmão contra o irmão
mandaram, até que tomaram
as pedras da tua fortaleza.
Ataram os teus membros cansados
a quatro cavalos raivosos
e esquartejaram a luz
do amanhecer implacável.



Senhor Inca, pai cacique
tudo em teus olhos se guardava
como num cofre calcinado
pelo amor e pela tristeza.
O índio te mostrou o ombro
nos quais as novas mordidas
brilhavam nas cicatrizes
de outros castigos apagados,
e era um ombro e outro ombro
todas as alturas sacudidas
pelas cascatas do soluço.

Tupac Amaru, sol vencido,
de tua glória desgarrada
sobe como o céu no mar.
As fundas aldeias de argila,
os teares sacrificados,
as úmidas casas de areia
dizem em silêncio: "Tupac",
e Tupac é uma semente,
dizem em silêncio: "Tupac",
e Tupac é um silêncio.
e Tupac germina na terra.

PROSA & VERSO



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois